

RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: ADILSON NUNES JARDIM	DIRETOR DE BENEFÍCIOS

2. Período do Evento	
Data de Saída: 15/04/2026	Data de Retorno: 17/04/2026
Local do evento (cidade/Estado): PONTA PORÃ - MS	Nome e link do Evento. I CONGRESSO SUL-FRONTIEIRA DE PREVIDÊNCIA PROMOVIDO PELA ADIMP//MS

Palestras e Paineis Assistidos: No campo abaixo descrever as informações conforme a seguir:

Temas: Desafios e Perspectivas da Meta Atuarial, Crédito Consignado, Renda Fixa–Oportunidades, Previdência Complementar, Pró-Gestão, Compensação Previdenciária, Resolução CMN 5.272/25, Aposentadoria de Professor no RPPS e Funções de Magistério, Lei 15.326/25.

O Congresso abordou muito as fórmulas de cálculo atuarial, cada atuário defendendo sua proposta, mas que no final acabam gerando quase sempre o mesmo resultado, Foi enfatizado bastante pelas representantes do Ministério da Previdência a importância da Certificação Pró-Gestão, não como válvula de escape para novos investimentos, mas sim como uma excelente ferramenta de gestão. No Estado de Mato Grosso do Sul poucos municípios têm a Certificação, sendo que dentre os que têm a maioria está no nível i. O Crédito Consignado ainda é pouco aceito pelos institutos de previdência próprios, mas conforme palestrado é uma boa oportunidade para ajudar a bater meta. O representante do Ministério de Previdência que discorreu sobre compensação previdenciária também mostrou a importância da ferramenta Conprev para que os RPPS a utilizem e recebam os valores devidos pelo INSS. Esclareceu que têm ocorrido falta de orçamento para efetuar os pagamentos, mas que o órgão têm deferido os pedidos e efetuado o pagamento no início próximo exercício, evitando assim o ingresso dos valores a receber como precatórios, o que demoraria muito mais para os RPPS receberem os valores apurados.

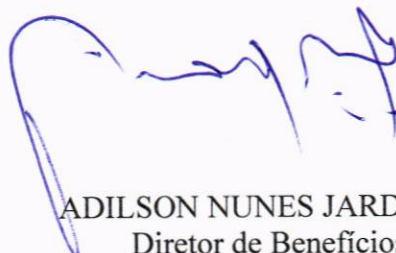
Drº Bruno Martins palestrou sobre a Aposentadoria de Professor, suas especificações e reduções tanto na idade quanto no tempo de contribuição. A regra vale para o cargo de professor que exerce as funções de magistério, na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e Médio. Comentou sobre as mudanças atuais sobre o acumulo de cargo, que atualmente pode ser 1 de Professor com qualquer outra atividade, desde que haja compatibilidade de horário. A Lei 15.326/26 mudou radicalmente as funções de alguns cargos, passando-os como de Professor, é o caso dos Inspectores de alunos, Monitores E Educadores de Creche, dentre outros. Entendimento do STF é que a referida Lei só têm caráter remuneratório, ou seja, os cargos mencionados terão equiparação salarial com os dos professores, mas não transformando seus cargos, o que para efeito de aposentadoria suas regras são as mesmas dos cargos administrativos, não tendo o benefício da redução do tempo de contribuição nem da idade.

2. Motivação / Interesse Público da Capacitação: No campo descrever interesse público desta capacitação. Exemplo: O que você acredita que este evento acrescentou de conhecimento na execução de sua função que refletira nas boas prática de gestão e governança no do RPPS.

O evento contou com temas relevantes para o aprendizado e a responsabilidade dos Gestores e Conselheiros de RPPS. O evento enfatizou bastante a certificação pró-gestão, métodos de cálculo atuarial e a ferramenta Comprev.

No tocante a benefícios também houve mudanças, principalmente a Lei 15.326/26 que considera diversos cargos anteriormente administrativo, dependendo do caso, como sendo de Professor, mas somente para efeitos de equiparação de remuneração, conforme entendimento do STF, o que no nosso caso específico traz tranquilidade, uma vez que os cargos mencionados não existem mais no plano de cargos e salários do Município.

Declaro que as informações são verdadeiras – Naviraí, 28/04/2026



ADILSON NUNES JARDIM
Diretor de Benefícios



RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: Andrea José dos Santos Galvão	Conselheira Administrativa

2. Período do Evento	
Data de Saída: 15/04/2026	Data de Retorno: 17/04/2026
Local do evento (cidade/Estado): Ponta Porã/MS	Nome e link do Evento. 1º Congresso Sul-Fronteira com foco em inovação, gestão e sustentabilidade previdenciária da ADIMP-MS https://eventos.inf.br/adimp/2026/295/index.php

Palestras e Painéis Assistidos

Tema: 1º Congresso Sul-Fronteira com foco em inovação, gestão e sustentabilidade previdenciária da ADIMP-MS

Palestrantes: Carlos Raimundo Esteves – (Agenda Assessoria) e Marcus Evando Giarola (APEPREV - ORTOGA)
Luciana Moura Reinaldo (MPS) e Suellem Barroso Rodrigues (SBR Atuarial)
Paulo Roberto Nagamine (Caixa Econômica Federal) e Gustavo Leite (LEMA Consultoria)
Juliana Costa Affonso (Sicredi) e Luciana Moura Reinaldo (Ministério da Previdência)
Jose Wilson Silva Neto - Atuário sócio da Actuary
Fabio Caldart Zordan (Bradesco) e Sullivan Moreira Diniz (Empire Capital)
Marcia Lúcia Paes Caldas (Ministério da Previdência) e André Rocha Marinho (Águia)
Samanta Zaniquelli (Crédito e Mercado)
Carlos Henrique de Siqueira Gomes (Consultania Prev Educacional)
José França (Privatiza)
Julio Cesar Fucilini Pause – (DPM Consultoria)
Tulio Pinheiro Carvalho (ARIMA)
Ronny Wdson F. do Nascimento (IMPRO)
Renato Luiz Pinto de Araújo (Chefe da Divisão de Compensação Previdenciária)
Bruno Martins
Robson de Lima Araujo
Paulo Consalter Campos
Michel Vaz Morrisson ADIMP-MS
Jorge Oliveira Martins AGEPREV-MS.

Resumo: O 1º Congresso Sul-Fronteira da ADIMP-MS, aconteceu em Ponta Porã, nos dias 15 a 17 de abril e constituiu-se como um importante espaço de discussão voltado à inovação, gestão e sustentabilidade dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). O evento reuniu gestores, especialistas e autoridades com o propósito de fortalecer a governança previdenciária e fomentar a modernização do setor.



A programação teve início com a solenidade de abertura, que contou com a presença de dirigentes dos RPPS participantes, promovendo um momento de integração e alinhamento institucional. Destacou-se a participação da senadora Soraya Thronicke, que abordou aspectos relevantes da previdência no cenário nacional.

Na ocasião, o presidente da ADIMP-MS, Michel, ressaltou o papel da entidade na organização do evento e trouxe reflexões sobre a implementação de novas normativas, com ênfase na Resolução CMN nº 5.272. Também destacou a importância da transparência na gestão, falou sobre a possibilidade de transmissão ao vivo das prestações de contas.

A palestra magna abordou os desafios e perspectivas dos RPPS sul-mato-grossenses, com foco na meta atuarial, maturidade da gestão e uso de tecnologias no setor público. Participaram como palestrantes Márcia Lúcia Paes Caldas e Luciana Moura Reinaldo.

Desenvolvimento das Atividades – Segundo Dia

O segundo dia foi marcado pelo aprofundamento técnico das discussões, contemplando temas estratégicos para a sustentabilidade dos RPPS. Entre os destaques, esteve o crédito consignado como ativo estratégico, abordando aspectos relacionados à contratação, garantias e gestão de riscos, com contribuições de Carlos Raimundo Esteves e Marcus Evando Giarola. Foram apresentados estudos sobre avaliação atuarial, enfatizando o equilíbrio financeiro e a sustentabilidade dos regimes, com participação de Luciana Moura Reinaldo e Suellem Barroso Rodrigues.

O tema dos investimentos também ganhou relevância, com discussões sobre renda fixa, governança e estratégias decisórias, incluindo as mudanças introduzidas pela Resolução CMN nº 5.272, com participação de Juliana Costa Affonso.

Além disso, foram abordados:

- A qualificação institucional para obtenção do CRP
- A previdência complementar e seus desdobramentos frente à Emenda Constitucional nº 103/2019
- A importância do censo previdenciário
- Os impactos da Lei Complementar nº 226/2026
- Pontos de atenção na avaliação atuarial de 2026

Este conjunto de discussões consolidou o dia como um momento de troca de experiências e aprimoramento técnico.

Aplicações Práticas e Encerramento – Terceiro Dia

O último dia do congresso foi dedicado à aplicação prática de ferramentas de gestão previdenciária. Um dos destaques foi a palestra “Do DRAA à decisão”, ministrada por Tulio Pinheiro Carvalho, que evidenciou o uso de dados atuariais na formulação de estratégias para equilíbrio financeiro dos RPPS.



Também foram discutidas inovações na gestão, com destaque para a utilização da inteligência artificial como ferramenta de apoio à administração previdenciária. Na área de benefícios, abordou-se a aposentadoria de professores à luz da Lei nº 15.326/2026.

O evento contou ainda com a apresentação de experiências exitosas na área de investimentos, com Robson de Lima Araujo e Ronny Wdson F. do Nascimento, além da análise das perspectivas da compensação previdenciária para 2026, conduzida por Renato Luiz Pinto de Araújo.

Durante todo o congresso, o Ministério da Previdência disponibilizou atendimento técnico especializado, oferecendo suporte em sistemas essenciais como DRAA, DAIR, DIPR, GESCON, DPIN e COMPREV.

O encerramento foi marcado por solenidade final e sorteio de brindes, finalizando o evento com integração entre os participantes.

Considerações Finais

O congresso atingiu seu objetivo de promover o fortalecimento da governança previdenciária, estimular a troca de conhecimentos e incentivar práticas inovadoras. As discussões evidenciaram a necessidade de constante atualização técnica e adoção de estratégias sustentáveis, fundamentais para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, contribuindo para uma gestão pública mais eficiente, transparente e moderna.

Observações:

Declaro as Informações acima verdadeiras

Naviraí, 24 DE ABRIL DE 2026

Atenciosamente;

ANDREA JOSÉ DOS SANTOS GALVÃO
CONSELHEIRA ADMINISTRATIVA

**ANEXO I
RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO**

Este Relatório aplica-se a todos os Membros de Diretoria, Conselho Administrativo, Conselho Fiscal, Comitê de Investimentos e servidores cedido à NAVIRAÍPREV em viagem de capacitações. Deverão apresentar o mesmo juntamente com relatório de viagem, sendo entregue em no máximo 5 dias corridos a contar do encerramento da Evento

Deverão ser anotados e discorridos a seguir as informações da participação no Evento.

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: Audenir Martins Eugenio da Silva	Conselheiro Administrativo

2. Período do Evento	
Data de Saída: 15/04/2026	Data de Retorno: 17/04/2026
Local do evento (cidade/Estado): Centro Internacional de Convenções de Ponta Porã Rua Baltazar Saldanha, 599, no Jardim Ipanema. Ponta Porã - MS	Nome e link do Evento. Nome: 1ª Congresso Sul-Fronteira de Conselheiros, Comitês e Gestores de RPPS de Mato Grosso do Sul https://eventos.inf.br/adimp/2026/295/index.php

Palestras e Painéis Assistidos:

1. Palestra Magna: Desafios e Perspectivas dos RPPS Sul-Mato-Grossenses

Os RPPS de Mato Grosso do Sul enfrentam desafios estruturais relevantes quanto ao equilíbrio financeiro e atuarial, especialmente em função do envelhecimento da massa de segurados, da elevação contínua das despesas com benefícios e das limitações na capacidade contributiva dos entes federativos. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de uma gestão qualificada, preventiva e plenamente aderente às diretrizes da Secretaria de Previdência.

Destacou-se, ainda, a importância da certificação dos profissionais envolvidos — dirigentes, membros de comitês e conselheiros — como instrumento de fortalecimento da governança e da segurança na tomada de decisões. O Pró-Gestão RPPS foi ressaltado como ferramenta estratégica de modernização institucional, promovendo maior transparência, controle interno, eficiência administrativa e confiança dos segurados.

2. O Empréstimo Consignado como Instrumento Alternativo de Custeio

Palestrante: Marcus Evando Giarola

A exposição abordou o crédito consignado como mecanismo contemporâneo de suporte financeiro aos segurados e como potencial fonte indireta de receitas administrativas para os RPPS, por meio de convênios e parcerias estruturadas com instituições financeiras.

Foram apresentados modelos nos quais o Instituto atua na gestão operacional dos descontos em

folha, possibilitando ganhos de eficiência e ampliação dos serviços oferecidos aos servidores.

Contudo, enfatizou-se a necessidade de cautela jurídica, transparência e responsabilidade social, diante do risco de superendividamento dos segurados e dos impactos negativos sobre aposentados e pensionistas.

3. RPPS Lab: Ambiente Colaborativo de Inovação no Setor Previdenciário

O RPPS Lab foi apresentado como um espaço de construção coletiva de soluções, reunindo gestores, conselheiros e especialistas em um ambiente de inovação voltado às demandas previdenciárias municipais e estaduais.

Por meio de mesas temáticas, debates técnicos e sistematização de propostas, a iniciativa permitiu transformar experiências práticas em projetos institucionais concretos. Seu principal diferencial está na consolidação dessas contribuições para subsidiar futuras ações da ADIMP/MS, aperfeiçoamentos normativos e avanços na gestão previdenciária regional.

4. Avaliação Atuarial nos RPPS de MS: Sustentabilidade e Equilíbrio

Palestrantes: Luciana Moura Reinaldo e Suellem Barroso Rodrigues

A avaliação atuarial foi reafirmada como o principal instrumento de diagnóstico da situação previdenciária dos RPPS. Foram discutidos desafios regionais, como déficits acumulados, inconsistências cadastrais e a necessidade de revisão de premissas técnicas.

Ressaltou-se que a sustentabilidade do sistema exige ações contínuas, como o adequado custeio, eventual segregação de massas, atualização cadastral permanente e planejamento de longo prazo.

5. Oportunidades na Renda Fixa / Regulação e Responsabilidade na Assessoria

Palestrantes: Fabio Caldart Zordan e Sullivan Moreira Diniz

Destacou-se que a renda fixa permanece como pilar estratégico das carteiras dos RPPS, sobretudo pela previsibilidade e compatibilidade com o horizonte de longo prazo desses regimes.

Entretanto, o cenário econômico atual demanda gestão ativa, análise criteriosa de duration, juros reais e diversificação qualificada. Também foi enfatizada a responsabilidade técnica das consultorias, bem como a estrita observância das normas regulatórias e fiduciárias.

6. Previdência Complementar e EC 103/2019

Palestrante: Sylvio Eugênio

A Emenda Constitucional nº 103/2019 consolidou a obrigatoriedade da instituição da previdência complementar para entes que possuem servidores com remuneração superior ao teto do RGPS.

Foi alertado que a não implementação pode acarretar riscos legais, limitações administrativas e agravamento do desequilíbrio atuarial no futuro. A previdência complementar foi apresentada como mecanismo essencial de equilíbrio atuarial e responsabilidade fiscal.

7. Impactos da Resolução 5.272/2025



Palestrante: José França

A nova regulamentação de investimentos impôs exigências mais rigorosas em termos de governança, controles internos e profissionalização da gestão financeira dos RPPS.

Destacou-se a importância do acompanhamento, por parte dos conselhos e comitês, da revisão das políticas de investimentos, da matriz de riscos, da aderência aos limites legais e da qualidade das decisões estratégicas.

8. Avaliação Atuarial 2026: Pontos de Atenção

Palestrante: José Wilson Silva Neto

Foi enfatizado que a avaliação atuarial de 2026 deve observar rigorosamente premissas como expectativa de vida, crescimento salarial, taxa de juros e comportamento da massa segurada.

Inconsistências nesses parâmetros podem gerar passivos ocultos e comprometer a qualidade das decisões. O DRAA foi destacado como instrumento essencial na definição de alíquotas e estratégias de equilíbrio.

9. Oportunidades na Renda Fixa / Comitê Decide ou Reage?

Palestrantes: Paulo Roberto Nagamine e Gustavo Leite

Defendeu-se que o Comitê de Investimentos deve atuar de forma proativa, técnica e estratégica, antecipando cenários e não apenas reagindo às oscilações do mercado.

Planejamento, análise econômica, alinhamento às metas atuariais e disciplina institucional foram apontados como fundamentos para decisões consistentes e sustentáveis.

10. Excelência na Gestão e Busca do CRP Administrativo / Pró-Regularidade

Palestrantes: Marcia Lúcia Paes Caldas e Luiz Carlos Brenha de Camargo

A regularidade previdenciária foi apresentada como resultado direto de uma gestão estruturada, responsável e em conformidade com a legislação.

O Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) foi destacado como requisito essencial para o recebimento de transferências voluntárias, celebração de convênios e garantia da segurança institucional do ente.

11. Rentabilidade: Como a Governança Protege os Investimentos

Palestrante: Samanta Zaniquelli

Foi evidenciado que a rentabilidade sustentável está mais associada à qualidade da governança do que a estratégias especulativas.

Controles internos, segregação de funções, compliance, transparência e monitoramento contínuo foram apontados como mecanismos fundamentais para mitigação de riscos e proteção do patrimônio previdenciário.

12. A Importância do Censo Previdenciário

Palestrante: Carlos Henrique de Souza Gomes

E-mail: naviraiprev@naviraiprev.ms.gov.br
AV. AMÉLIA FUKUDA, 170 - FONE (67) 3461 2999 - CEP 79.950-000

O censo previdenciário foi apresentado como ferramenta indispensável para garantir a

qualidade das bases cadastrais e a precisão dos cálculos atuariais.

A ausência de dados confiáveis pode resultar em distorções, pagamentos indevidos e falhas no planejamento previdenciário.

13. Nova Regra de Investimentos (Resolução CMN nº 5.272)

Palestrantes: Juliana Costa Affonso e Luciana Moura Reinaldo

A atualização normativa exige revisão imediata das políticas de investimentos, com ênfase no fortalecimento da governança, dos controles internos e da qualificação técnica dos gestores.

Os RPPS devem promover adequações institucionais e fortalecer a atuação de seus comitês de investimentos.

14. Lei Complementar 226/2026 e seus Impactos nos RPPS

Palestrante: Julio Cesar Fucilini Pause

A legislação foi analisada sob a perspectiva dos seus efeitos financeiros e atuariais sobre os regimes próprios.

Alterações que impactam carreiras, remuneração ou concessão de benefícios refletem diretamente no passivo previdenciário, exigindo monitoramento contínuo por parte dos gestores e conselhos.

15. Do DRAA à Decisão: Estratégias para o Equilíbrio Atuarial

Palestrante: Tulio Pinheiro Carvalho

O DRAA foi abordado como instrumento efetivo de gestão, indo além de uma obrigação formal.

Seus resultados devem orientar decisões como ajustes de alíquotas, aportes financeiros, amortização de déficits e revisão de políticas previdenciárias.

16. Gestão de RPPS no Século XXI: Inteligência Artificial

Palestrante: Ronny Wdson F. do Nascimento

A inteligência artificial foi apresentada como aliada estratégica da gestão previdenciária, especialmente na análise de dados, auditoria preventiva, identificação de inconsistências cadastrais e suporte à tomada de decisão.

O uso adequado da tecnologia contribui para aumento da eficiência e redução de riscos operacionais.

17. Perspectivas da Compensação Previdenciária para 2026

Palestrante: Renato Luiz Pinto de Araújo

A compensação previdenciária foi destacada como importante fonte de recomposição financeira para os RPPS.

Foi ressaltada a necessidade de gestão técnica dos requerimentos, acompanhamento rigoroso dos créditos e maior velocidade nos processos, visando melhorar o fluxo de caixa.

18. Benefícios Previdenciários: Aposentadoria do Magistério

Palestrante: Bruno Martins

A aposentadoria dos professores permanece como tema sensível, em razão das regras constitucionais diferenciadas e das mudanças promovidas pelas reformas previdenciárias.

Gestores devem atentar para o tempo de efetivo exercício em funções de magistério, regras de transição e segurança jurídica na concessão dos benefícios.

19. Case de Sucesso em Investimentos

Palestrante: Robson de Lima Araujo

O case apresentado evidenciou que resultados consistentes não são fruto de improvisação, mas sim de planejamento, governança, diversificação e disciplina institucional.

Nos RPPS, a consistência e a responsabilidade na gestão superam estratégias imediatistas, garantindo resultados sustentáveis ao longo do tempo.

5. Motivação / Interesse Público da Capacitação:

O 1º Congresso Sul-Fronteira de Conselheiros, Comitês e Gestores de RPPS de Mato Grosso do Sul representou uma relevante oportunidade de atualização técnica e institucional para os participantes.

O evento contribuiu significativamente para o aprimoramento da tomada de decisões, fortalecimento da governança e busca pela sustentabilidade dos regimes próprios de previdência social, sempre com foco na segurança dos recursos e na garantia dos direitos dos segurados.

Observações:

Declaro as Informações acima verdadeiras

Naviraí, 05 de maio de 2026

Atenciosamente;

Documento assinado digitalmente
gov.br AUDENIR MARTINS EUGENIO DA SILVA
Data: 04/05/2026 18:11:37-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Audenir Martins Eugenio da Silva
Conselheiro Administrativo

E-mail: naviraiprev@naviraiprev.ms.gov.br
AV. AMÉLIA FUKUDA, 170 - FONE (67) 3461 2999 – CEP 79.950-000
NAVIRAÍ-MS

RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: Bianca Meirelles Dantas Lurruã	Membro conselho administrativo

2. Período do Evento	
Data de Saída: 15/04/2026	Data de Retorno: 17/04/2026
Local do evento (cidade/Estado): Ponta Porã / MS	Nome e link do Evento. 1º Congresso Sul-Fronteira de Conselheiros, Comitês de Investimento e Gestores de RPPS

Palestras e Painéis Assistidos: No campo abaixo descrever, de forma resumida e objetiva, as informações conforme a seguir.

Tema : “Desafios e Perspectivas dos RPPS Sul-Mato-Grossenses: entre a meta atuarial, a maturidade da gestão e a inovação tecnológica na gestão pública”.

Palestrantes:

Márcia Lúcia Paes Caldas

(Ministério da Previdência Social – MPS).

Luciana Moura Reinaldo

(Ministério da Previdência Social – MPS).

Paula Cansalter Campos

(Secretária de Governo e Inovação da Prefeitura de Ponta Porã/MS).

Resumo: Destacando a importância das certificações para melhorar a gestão.

As certificações — tanto institucionais (Pró-Gestão) quanto dos profissionais — são fundamentais para fortalecer:

A gestão, governança, eficiência e transparência.

Pró-Gestão RPPS o programa busca:

Melhorar processos de trabalho

Fortalecer controles internos

Desenvolver a governança corporativa

Aumentar a transparência e a educação previdenciária.

Foram apresentados dados de 52 RPPS, com 19 adesões ao programa e 11 certificações. Além disso, há 938 profissionais certificados, entre dirigentes, gestores e conselheiros.

No panorama demográfico de Mato Grosso do Sul, os segurados representam a maioria (65,46%), seguidos por aposentados (28,85%) e pensionistas (5,69%).



Tema: Crédito Consignado: Contratação, Garantias e Metas e Empréstimo Consignado como ativo estratégico: estruturação, riscos e garantia de performance.

**Carlos Raimundo Esteves - (Agenda Assessoria) e
Marcus Evando Giarola (APEPREV - ORTOGA)**

Resumo: Destacou que muitos RPPS já estão aderindo aos créditos consignado por motivos como, juros rentabilidade acima da meta, baixo risco, política de Estado próprio, fortalecimento da economia local. Esses 5 pilares não podem ser ignorados.

Tema: O Que os Números da Avaliação Atuarial nos dizem sobre os RPPS de Mato Grosso do Sul? E a Sustentabilidade Atuarial e Equilíbrio Financeiro
**Luciana Moura Reinaldo (MPS) e
Suellem Barroso Rodrigues (SBR Atuarial)**

Resumo: Suellem brincou que o cálculo atuarial é o "bicho papão das prefeituras." O desafio global da longevidade mostra que ajustes pontuais não bastam: é preciso incorporar mecanismos estruturais e de longo prazo aos sistemas previdenciários. Sustentabilidade atuarial não é "apenas sobre números. É sobre coragem de tomar decisões impopulares hoje para proteger pessoas que ainda nem se aposentaram." Com menos nascimentos e pessoas vivendo mais isso causa grande impacto nas providências.

Tema: As oportunidades da Renda Fixa / "Teu Comitê escolhe ou reage?"
**Paulo Roberto Nagamine (Caixa Econômica Federal)
e Gustavo Leite (LEMA Consultoria)**

Resumo: Fez uma pequena reflexão de como o comitê de investimento precisa reagir diante das escolhas no atual cenário político.

Destacou mais uma vez a importância do Pró- Gestão para os RPPS, que está cada vez mais complexa e rigorosa dificultando investimento em diferentes seguimentos para quem não tem ou não progredir de nível.

De 2.185 RPPS, que somam um patrimônio total de R\$ 414,6 bilhões, divididos pelos níveis de certificação do Pró-Gestão:

Nível Zero: 1.894 RPPS detêm R\$ 173,6 bi
(42% do patrimônio do segmento).

Nível I: 124 RPPS detêm R\$ 38,2 bi (9% do segmento).

Nível II: 125 RPPS detêm R\$ 111,6 bi (27% do segmento).

Nível III: 28 RPPS detêm R\$ 58,1 bi (14% do segmento).

Nível IV: 14 RPPS detêm R\$ 32,9 bi (8% do segmento).



Tema: Previdência Complementar: Consequências da não implantação e soluções para atendimento à EC 103/19
Sylvio Eugênio -(Diretor-Presidente PREVCOM)

Resumo: Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 103/2019, os entes federativos com Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) devem implantar o Regime de Previdência Complementar (RPC). A obrigatoriedade abrange União, Estados, DF e Municípios, conforme a nova legislação.

Consequências da não implantação:

Bloqueio do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).

Impossibilidade de Aplicar o Teto do RGPS.

Responsabilidade Administrativa.

Soluções:

Aprovação de Lei Municipal.

Seleção de Entidade Gestora.

Convênio de Adesão.

Adequação das Alíquotas.

Tema: A Nova Regra do Jogo dos Investimentos dos RPPS: O que muda com Resolução CMN nº 5.272

Juliana Costa Affonso (Sicredi) e

Luciana Moura Reinaldo (Ministério da Previdência)

Resumo: A Resolução CMN nº 5.272, editada em novembro de 2025, representa uma das atualizações mais significativas nas normas de investimento para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Ela não apenas revogou a antiga Resolução nº 4.963, mas reestruturo a "regra do jogo" para focar em segurança jurídica e gestão de risco.

Resumo do Impacto: A mensagem da Resolução 5.272 é clara: não basta ter dinheiro, é preciso ter processo. O foco saiu da simples "lista de onde pode investir" para "como o instituto se organiza para decidir onde investir".

Mais uma vez foi destaque o Pró-Gestão.

Tema: Avaliação Atuarial 2026: Pontos a serem observados

Jose Wilson Silva Neto - Atuário sócio da Actuary

Resumo: Para a Avaliação Atuarial de 2026 (ano-base 2025), os gestores de RPPS devem estar atentos a 'm cenário de maior rigor técnico e pressão por solvência. Com a consolidação da Reforma da Previdência (EC 103/19) e as novas diretrizes de governança, o foco mudou da simples "entrega do cálculo" para a gestão "e riscos.

Convergência com a Resolução CMN nº 5.272.

Acurácia da Base de Dados (O "Coração" do Cálculo)

Ajuste das Hipóteses Biométricas e Econômicas.

Segregação de Massas e Plano de Amortização.

Compensação Previdenciária (Comprev)

A avaliação de 2026 deve dar um destaque maior às receitas estimadas de Comprev.

E-mail: naviraiprev@naviraiprev.ms.gov.br

AV. AMÉLIA FUKUDA,170 - FONE (67) 3461 2999 – CEP 79.947-128

NAVIRAÍ-MS 00.094.350/0001-64



Tema: "Onde encontrar oportunidade dentro da renda fixa?" e "Regulação e Responsabilidade na Assessoria de Investimentos"

**Fabio Caldart Zordan (Bradesco) e
Sulivan Moreira Diniz (Empire Capital)**

Resumo: Com a volatilidade do mercado e as mudanças na regulação, Fabio Zordan destacou que a Renda Fixa deixou de ser apenas "porto seguro" para "e tornar estratégica na busca pela meta atuarial.

Já Sulivan abordou o papel crítico do consultor e do assessor diante das novas exigências.

Um destaque para a dicção do palestrante Fabio Zordan.

Tema: Excelência da gestão por meio da qualificação Institucional e profissional em busca do CRP administrativo e Benefícios do Pró Regularidade Marcia Lúcia Paes Caldas (Ministério da Previdência) e Luiz Carlos K. Brenha de Camargo (Águia)

Resumo: A profissionalização da gestão e a conformidade legal para garantir recursos aos entes federativo. A qualificação como base para o CRP administrativo: **Qualificação Institucional (Pró-Gestão):** Incentivo à adoção de boas práticas em três dimensões: Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

Qualificação Profissional: Exigência de que dirigentes, conselheiros e membros do comitê de investimentos possuam certificações profissionais vigentes, garantindo competência técnica na tomada de decisões.

Os benefícios são: Redução de custo, transparência e segurança e sustentabilidade.

Tema: Rentabilidade: como a Governança protege seus investimentos Samanta Zaniquelli (Crédito e Mercado)

Resumo: o principal mecanismo para garantir que a busca por rentabilidade nos regimes de previdência (RPPS) não comprometa a segurança dos ativos, e uma boa governancia não dá pra contar com a sorte, muito menos amadores, tem que ter técnico qualificado pra Isso e mais uma vez foi falando do (Pró- Gestão) qualificado e a palavra chave.

Tema: A Importância do Censo Previdenciário Carlos Henrique de Siqueira Gomes (Consultania Prev Educacional)

Resumo: Carlos costuma destacar que o sucesso do censo depende de uma forte estratégia de comunicação para que os segurados compreendam que a atualização dos seus dados é a maior garantia da sua futura aposentadoria.



**Tema: Impactos da Resolução 5272/2025
José França (Privatiza)**

Resumo: A Resolução CMN nº 5.272/2025, vigente a partir de fevereiro de 2026, estabelece um novo marco regulatório para RPPS, condicionando a diversificação de investimentos ao nível de certificação Pró-Gestão e endurecendo a responsabilização dos gestores. A norma aumenta limites de renda variável e exige revisão imediata das políticas de investimento para adequação aos novos enquadramentos.

Desenquadramento: Institutos que não se adequarem rapidamente aos novos limites e regras de governança podem sofrer desenquadramento, o que gera apontamentos pelo Ministério da Previdência e pode levar à perda do CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária).

**Tema: Lei Complementar 226/2026 (Lei do descongela) e os Impactos nos RPPS.
Julio Cesar Fucilini Pause - (DPM Consultoria)**

Resumo: Os impactos mais relevantes para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) são:

Descongelamento do Tempo de Serviço (A nova lei revoga o dispositivo da LC 173/2020).

Impacto no Cálculo Atuarial e Passivo Previdenciário (Majoração de Benefícios, Revisão de Aposentadorias).

Reflexos na Integralidade e Paridade.

Necessidade de Lei Local e Equilíbrio Fiscal (Julio Pause enfatiza que a LC 226/2026 é uma autorização, e não uma obrigação automática de pagamento retroativo).

**Tema: "Do DRAA à decisão: utilizando demonstrativo para estratégias de equilíbrio atuarial e reajustes"
Tulio Pinheiro Carvalho (ARIMA)**

Resumo: A palestra defende que o equilíbrio atuarial só é possível quando a gestão utiliza os números do DRAA para pautar cada centavo de reajuste ou alteração na estrutura de benefícios.

Tulio reforça que mostrar os impactos financeiros a longo prazo ajuda a evitar medidas populares de curto prazo que prejudiquem a sustentabilidade da previdência local.

**Tema: Gestão de RPPS no Século XXI: A Inteligência Artificial como Aliada
Ronny Wdson F. do Nascimento (IMPRO/ MAISPREVI)**

Resumo: A IA deixou de ser um conceito futurista para se tornar uma aliada prática na eficiência administrativa dos regimes de previdência.

Tema: Perspectiva da Compensação Previdenciária para 2026
Renato Luiz Pinto de Araújo
(Chefe da Divisão de Compensação Previdenciária)

A perspectiva da Compensação Previdenciária (Comprev) para 2026 é de consolidação tecnológica e rigor fiscal sob a supervisão técnica de Renato Luiz Pinto de Araújo, Chefe da Divisão de Compensação Previdenciária do INSS. O cenário atual foca na eficiência do fluxo entre o Regime Geral (RGPS) e os Regimes Próprios (RPPS).

Benefícios Previdenciário: Aposentadoria dos professores depois da Lei nº 15.326/26
Bruno Martins

Resumo: A Lei nº 15.326, sancionada em 6 de janeiro de 2026, consolidou o reconhecimento dos professores da educação infantil como integrantes da carreira do magistério, gerando impactos diretos na aposentadoria especial. Sob a ótica de especialistas como Bruno Martins, a norma corrige distorções históricas e garante segurança jurídica para que esses profissionais acessem o redutor de 5 anos nos requisitos previdenciários.

Principais Mudanças e Impactos: Enquadramento como Magistério.
Aposentadoria Especial.

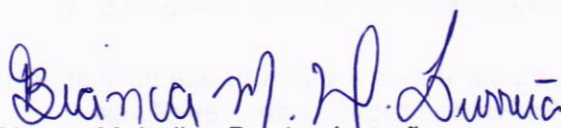
Em 2026, a Regra de Pontos exige que mulheres alcancem 93 pontos e homens 103 pontos (soma de idade + tempo de contribuição, com acréscimo de um ponto por ano conforme a Reforma de 2019).

Observações: É sempre desafiador participar dos congressos de RPPS.
A melhor maneira de prever o futuro, é cria-lo.

Declaro as Informações acima verdadeiras.

Naviraí, 02 DE Maio DE 2026

Atenciosamente;



NOME: Bianca Meirelles Dantas Lurruã
Cargo; Membro do Conselho Administrativo



RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: Elis Regina Martins da Silva	Membro Comitê de Investimentos

Período do Evento	
Data de Saída: 15/04/2026	Data de Retorno: 17/04/2026
Local do evento (cidade/Estado): Ponta Porã - MS	Nome e link do Evento. 1ª Congresso Sul-Fronteira de Conselheiros, Comitês e Gestores de RPPS de Mato Grosso do Sul - https://eventos.inf.br/adimp/2026/295/index.php

Palestras e Painéis Assistidos:
Palestra de Abertura: 15/04/2026 Cerimônia de Abertura Palestra inaugural Desafios e Perspectivas dos RPPS Sul-Mato-Grossenses: entre a meta atuarial, a maturidade da gestão e a inovação tecnológica na gestão pública. Palestrantes: Marcia Lucia Paes Caldas (MPS) Ela apresentou dados e números que demonstram, na prática, o crescimento expressivo das certificações nos institutos de RPPS. Mais do que indicadores, destacou como essa evolução impacta diretamente a qualidade da gestão, fortalecendo a tomada de decisões nos RPPS. Pilares da Profissionalização dos RPPS A Certificação Institucional do Pró-Gestão RPPS e a Certificação dos Profissionais dos RPPS se complementam no fortalecimento da gestão, da governança, da eficiência e da transparência da gestão dos RPPS. Pró-Gestão RPPS Promove o aprimoramento dos processos de trabalho da UG do RPPS, com foco na melhoria de seus controles internos, da governança corporativa, da educação previdenciária e da transparência da gestão. Luciana Moura Reinaldo (MPS) Falou sobre o panorama dos RPPS em Mato Grosso do Sul é caracterizado pelo envelhecimento da população segurada, pela redução da base de contribuintes ativos e pela crescente participação de aposentados e pensionistas. Esse conjunto de fatores reforça a necessidade de planejamento previdenciário, aperfeiçoamento da gestão e adoção de medidas que garantam a sustentabilidade de longo prazo dos regimes próprios no estado. Mediadora: Paula Cansalter Campos (Secretaria de Governo e Inovação da Prefeitura de Ponta Porã) 16/04/2026 08:00 hs Crédito Consignado: Contratação, Garantias e Metas e Empréstimo Consignado como ativo estratégico: estruturação, riscos e garantia de performance. Palestrantes: Carlos Raimundo Esteves – (Agenda Assessoria) O tema abordado por Carlos, da Agenda Assessoria, foca nas dinâmicas do crédito consignado e sua importância dentro da estratégia financeira das instituições. O empréstimo consignado pode ser estruturado como um ativo estratégico para a instituição financeira. Ele oferece alta segurança e previsibilidade nos fluxos de caixa, dada a garantia de pagamento via desconto direto. Além disso, ao ser vinculado a uma base de clientes

8



estável (servidores públicos, pensionistas, etc.), proporciona uma fonte de receita contínua e sólida.

Marcus Evando Giarola (APEPREV – ORTOGA)

Falou sobre o empréstimo consignado oferecido pelo instituto. Segundo a apresentação, a APEPREV se destaca por ser o primeiro Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) no Paraná a implementar a possibilidade de empréstimos diretamente aos seus segurados.

O Que os Números da Avaliação Atuarial nos dizem sobre os RPPS de Mato Grosso do Sul? E a Sustentabilidade Atuarial e Equilíbrio Financeiro

Palestrantes:

Luciana Moura Reinaldo (MPS)

Retrato demográfico, financeiro e atuarial do RPPS de MS.

A avaliação atuarial do RPPS de Mato Grosso do Sul revela que o regime enfrenta desafios estruturais significativos. O envelhecimento da população de servidores e a proporção de aposentados/pensionistas maior que o número de ativos indicam uma pressão crescente sobre os recursos financeiros. A maioria dos RPPS apresenta déficit atuarial, demonstrando que os compromissos futuros superam os recursos disponíveis.

Suellem Barroso Rodrigues (SBR Atuarial)

O desafio global da longevidade mostra que ajustes pontuais não bastam: é preciso incorporar mecanismos estruturais e de longo prazo aos sistemas previdenciários.

Sustentabilidade atuarial não é apenas sobre números. É sobre a coragem de tomar decisões impopulares hoje para proteger pessoas que ainda nem se aposentaram.

As oportunidades da Renda Fixa - "Teu Comitê escolhe ou reage?"

Palestrantes:

Paulo Roberto Nagamine (Caixa Econômica Federal)

A renda fixa continua sendo uma classe de ativos altamente relevante, principalmente em um cenário macroeconômico de incerteza, as oportunidades de renda fixa podem ser exploradas de diferentes formas, dependendo do perfil de risco e da estratégia da gestora. Com uma gestão ativa bem posicionada, é possível maximizar o retorno de investidores, protegendo-os dos riscos geopolíticos e aproveitando as oportunidades geradas pelos cortes de juros.

Gustavo Leite (LEMA Consultoria)

Aplicando essa reflexão ao panorama dos RPPS de Mato Grosso do Sul, o problema demográfico — envelhecimento da massa, aumento de aposentados e redução relativa de ativos — exige comitês que decidam, e não apenas reajam. Isso porque os efeitos das decisões previdenciárias são de longo prazo e, quando ignorados, tendem a gerar déficits crescentes e difíceis de reverter.

A frase sintetiza um dilema clássico:

Comitês que decidem constroem sustentabilidade;

Comitês que reagem apenas administram crises.

Previdência Complementar: Consequências da não implantação e soluções para atendimento à EC 103/19.

Palestrante:

Sylvio Eugênio - (Diretor-Presidente PREVCOM)

A Emenda Constitucional nº 103 de 2019 estabeleceu que estados e municípios devem instituir um regime de previdência complementar para seus servidores, limitando os benefícios do RPPS ao teto do Regime Geral. A partir disso, a previdência complementar deixa de ser opcional e passa a ser parte essencial da estrutura previdenciária pública.

Falou também sobre os pilares da previdência no Brasil, em que o sistema previdenciário brasileiro é estruturado em três pilares principais, que juntos formam um modelo de proteção social baseado em repartição e capitalização.

O Brasil deixou de ter uma pirâmide "jovem" (base larga) e passou para um formato mais estreito na base e mais largo no topo, indicando envelhecimento populacional.

90



NAVIRAIPREV

PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS

00.094.350/0001-64



Mediador: João Carlos de Almeida

A Nova Regra do Jogo dos Investimentos dos RPPS: O que muda com Resolução CMN nº 5.272.

Palestrante:

Juliana Costa Affonso (Sicredi)

Juliana uma perspectiva importante sobre como os RPPS podem melhorar suas práticas de investimento e gestão com a Resolução CMN nº 5.272 e sobre a experiência do Sicredi com investimentos diversificados, enfatizando o equilíbrio entre rentabilidade e segurança financeira para os participantes do fundo.

Avaliação Atuarial 2026: Pontos a serem observados

Palestrante:

Jose Wilson Silva Neto - Atuário sócio da Actuary

Falou sobre a avaliação atuarial de 2026

Diagnóstico técnico e diretrizes estratégicas

Planejamento financeiro do RPPS

Nota técnica atuarial é o documento que fundamenta a avaliação atuarial do rpps, contendo toda a análise técnica, hipótese e metodologia utilizada no cálculo.

Pilares fundamentais da avaliação atuarial

Base técnica

Base normativa

Base cadastral

A avaliação atuarial não é apenas uma obrigação burocrática, mas uma ferramenta de gestão para antecipar tendências e corrigir rumos.

"Onde encontrar oportunidade dentro da renda fixa?" e "Regulação e Responsabilidade na Assessoria de Investimentos"

Palestrantes:

Fabio Caldart Zordan (Bradesco)

Falou sobre cenários globais e as estratégias de investimentos.

Estratégia dividendos de ações se destaca em ciclos de inflação alta, em um ambiente de política monetária restritiva de vários países, ele ressaltou que títulos indexados à inflação ou papéis de longo prazo podem representar boas oportunidades de retorno real e ressaltou como o cenário macroeconômico, as políticas monetárias e os choques globais impactam os mercados financeiros e as estratégias de investimento.

Sulivan Moreira Diniz (Empire Capital)

O papel do assessor de investimentos.

O assessor é um vendedor que tem a responsabilidade de levar informação fresca, que teve que se enquadrar em uma malha regulatória rigorosa, consolidando-se como peça fundamental na estrutura do mercado financeiro.

Excelência da gestão por meio da qualificação Institucional e profissional em busca do CRP administrativo e Benefícios do Pró Regularidade.

Palestrantes:

Marcia Lúcia Paes Caldas (Ministério da Previdência)

A palestra abordou como a capacitação e a organização institucional impactam diretamente a gestão dos RPPS, garantindo o cumprimento das normas e a obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).

A profissionalização da gestão é o caminho para a sustentabilidade da previdência social, o pro gestão é o caminho!

Luiz Carlos K. Brenha de Camargo (Águia)

A necessidade da regularidade previdenciária.

O Pró-Regularidade RPPS funciona como um caminho estruturado para que os entes com dificuldades em seus regimes de previdência possam, com prazos e condições diferenciadas, alcançar a conformidade e garantir a sustentabilidade futura do sistema.

E-mail: naviraiprev@naviraiprev.ms.gov.br

AV. AMÉLIA FUKUDA, 170 - FONE (67) 3461 2999 - CEP 79.950-000

NAVIRAÍ-MS



NAVIRAIPREV

PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS

00.094.350/0001-64



Rentabilidade: Como a Governança protege seus investimentos.

Palestrante:

Samanta Zaniquelli (Crédito e Mercado)

Além da rentabilidade: como a governança protege os investimentos.

Governança não protege o capital, ela organiza o processo decisório e protege o gestor do RPPS.

Governança não é sobre ativo, é sobre o processo de decisão, a organização dos fluxos internos e sobre quem responde por ele.

O ativo performa independente da governança do seu RPPS. A governança não interfere no resultado do investimento, mas organiza o processo de decisão e protege o gestor que tomou essa decisão. Mesmo quando o ativo é bem selecionado, o gestor pode ser responsabilizado se o processo não estiver documentado. Análise, justificativa, aprovação e acompanhamento precisam ficar registrados de forma clara.

A Importância do Censo Previdenciário

Palestrante:

Carlos Henrique de Siqueira Gomes (Consultoria Prev Educacional)

O censo como instrumento essencial de gestão, vai muito além da melhoria do resultado atuarial, ele é o alicerce que sustenta toda a operação diária e a governança do RPPS.

Na estrutura financeira a consolidação de dados do Censo permitiu identificar com precisão os ativos garantidores e a estrutura de contribuições necessárias para a manutenção do regime. O Estudo Atuarial de 2025, realizado antes da cristalização dos dados pelo Censo Previdenciário, projetava um cenário de alto risco financeiro, baseado em estimativas estatísticas não validadas.

17/04/2026

“Do DRAA à decisão: utilizando demonstrativo para estratégias de equilíbrio atuarial e reajustes”.

Palestrante:

Tulio Pinheiro Carvalho (ARIMA)

Abordou de forma aprofundada a utilização de demonstrativos atuariais no planejamento e na gestão de um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Ele também abordou a Portaria nº 1467/2022 no contexto da previdência social e dos RPPS no Brasil, destacou como o uso de demonstrativos atuariais, como o DRAA, pode ajudar na formulação de estratégias eficientes para garantir o equilíbrio atuarial nos RPPS. Ele também ressaltou a importância da Portaria nº 1467/2022, que regula a gestão atuarial e estabelece diretrizes para o ajuste de contribuições e benefícios, visando à sustentabilidade financeira dos regimes previdenciários.

Gestão de RPPS no Século XXI: A Inteligência Artificial como Aliada

Palestrante:

Ronny Wilson F. do Nascimento (IMPRO/ MAISPREVI)

Trata da integração da inteligência artificial (IA) na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), destacando como essa tecnologia pode revolucionar os processos de gestão, otimização de recursos e prevenção de riscos.

A automatização de processos, a melhoria da governança e a previsão de cenários financeiros são apenas alguns dos benefícios que a IA pode proporcionar. À medida que a tecnologia avança, ela se tornará uma aliada indispensável na gestão desses sistemas, garantindo maior eficiência, transparência e responsabilidade fiscal.

Mediador: Danilo Ikeda (Impro RPPS)

Perspectiva da Compensação Previdenciária para 2026

Palestrante:

Renato Luiz Pinto de Araújo (Chefe da Divisão de Compensação Previdenciária)

Falou sobre a Compensação Previdenciária (COMPREV) promovendo o ajuste financeiro entre os regimes de previdência social, envolvendo o equilíbrio atuarial e financeiro dos sistemas envolvidos. Quando, na concessão de aposentadorias, é utilizado o tempo de contribuição certificado de outro regime, nos termos da contagem recíproca prevista na

E-mail: naviraiprev@naviraiprev.ms.gov.br

AV. AMÉLIA FUKUDA, 170 - FONE (67) 3461 2999 - CEP 79.950-000

NAVIRAÍ-MS

60



NAVIRAIPREV

PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS

00.094.350/0001-64



Constituição. E da Portaria MPS 1.400/2024 que trata sobre a regulamentação prática da compensação previdenciária no Brasil, detalhando como os regimes previdenciários devem operacionalizar os procedimentos.

Mediador: Alexandre Ribeiro

Benefícios Previdenciário: Aposentadoria dos professores depois da Lei nº 15.326/26

Palestrante:

Bruno Martins

Bruno Martins abordou mudanças de forma detalhada, focando não só nas modificações legais, mas também nas implicações práticas para os professores e para as administrações escolares, abrangendo uma visão com foco no planejamento da aposentadoria, na transição entre as leis e no impacto econômico que isso pode ter tanto para os profissionais da educação quanto para o sistema previdenciário de maneira geral.

Case: Sucesso em Investimento

Palestrante:

Robson de Lima Araújo (Previlândia)

Começou falando da gestão da previdência como faz a gestão de benefícios e investimentos e compartilhou as estratégias e práticas que a Previlândia adota para garantir o sucesso tanto na administração dos benefícios quanto na gestão dos investimentos dos fundos previdenciários.

Mediador: Maxuel


5. Motivação / Interesse Público da Capacitação: a participação em eventos e cursos é importante para, nos manter atualizados das projeções para os futuro investimentos e enriquecer nosso conhecimento para melhor gestão dos recursos do RPPS.

Observações:

Declaro as Informações acima verdadeira.

Naviraí, 04 de maio de 2026

Atenciosamente;


Elis Regina Martins da Silva
Membro Comitê de Investimento

RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: Geni Messias Alves Barreto	Membro do Comitê de Investimento

2. Período do Evento	
Data de Saída: 15/04/2026	Data de Retorno: 17/04/2026
Local do evento (cidade/Estado): Ponta Porã/MS	Nome e link do Evento. 1º Congresso Sul-Fronteira com foco em inovação, gestão e sustentabilidade previdenciária da ADIMP-MS https://eventos.inf.br/adimp/2026/295/index.php

Palestras e Painéis Assistidos
<p>Tema: 1º Congresso Sul-Fronteira com foco em inovação, gestão e sustentabilidade previdenciária da ADIMP-MS</p> <p>Palestrantes: Carlos Raimundo Esteves – (Agenda Assessoria) e Marcus Evando Giarola (APEPREV - ORTOGA) Luciana Moura Reinaldo (MPS) e Suellem Barroso Rodrigues (SBR Atuarial) Paulo Roberto Nagamine (Caixa Econômica Federal) e Gustavo Leite (LEMA Consultoria) Juliana Costa Affonso (Sicredi) e Luciana Moura Reinaldo (Ministério da Previdência) Jose Wilson Silva Neto - Atuario sócio da Actuary Fabio Caldart Zordan (Bradesco) e Sullivan Moreira Diniz (Empire Capital) Marcia Lúcia Paes Caldas (Ministério da Previdência) e André Rocha Marinho (Águia) Samanta Zaniquelli (Crédito e Mercado) Carlos Henrique de Siqueira Gomes (Consultania Prev Educacional) José França (Privatiza) Julio Cesar Fucilini Pause – (DPM Consultoria) Tulio Pinheiro Carvalho (ARIMA) Ronny Wdson F. do Nascimento (IMPRO) Renato Luiz Pinto de Araújo (Chefe da Divisão de Compensação Previdenciária) Bruno Martins Robson de Lima Araujo Paulo Consalter Campos Michel Vaz Morrison ADIMP-MS Jorge Oliveira Martins AGEPREV-MS.</p> <p>Resumo: Nos dias 15 e 17 de abril, foi realizado em Ponta Porã MS, o 1º Congresso Sul-Fronteira da ADIMP-MS e teve como foco a inovação, a gestão e a sustentabilidade previdenciária. A abertura oficial contou com uma palestra magna que abordou os principais desafios e perspectivas dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) no estado de Mato Grosso do Sul.</p> <p>Durante a programação inicial, foram discutidos temas como meta atuarial, maturidade da gestão e a incorporação de tecnologias inovadoras no setor público. A palestra reuniu especialistas do cenário nacional, incluindo Márcia Lúcia Paes Caldas e Luciana Moura Reinaldo.</p> <p>O evento destacou a importância do fortalecimento da gestão previdenciária, evidenciando a necessidade de práticas inovadoras e sustentáveis para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, contribuindo para uma administração pública mais eficiente e moderna.</p> <p>No segundo dia a programação foi marcada por uma intensificação dos debates técnicos voltados à gestão e sustentabilidade dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).</p> <p>As discussões abrangeram o crédito consignado como ativo estratégico, incluindo aspectos de contratação, garantias, riscos e performance, com contribuições de Carlos Raimundo Esteves e Marcus Evando Giarola.</p> <p>Também foram apresentados estudos sobre os resultados das avaliações atuariais dos RPPS</p>

de Mato Grosso do Sul, enfatizando a sustentabilidade atuarial e o equilíbrio financeiro, com participação de Luciana Moura Reinaldo e Suellem Barroso Rodrigues.

O tema dos investimentos ganhou destaque, com reflexões sobre renda fixa, governança e tomada de decisão nos comitês, além das mudanças trazidas pela Resolução CMN nº 5.272, discutidas por especialistas como Juliana Costa Affonso.

A programação ainda contemplou a importância da qualificação institucional para obtenção do CRP, os impactos da previdência complementar frente à Emenda Constitucional nº 103/2019, a relevância do censo previdenciário e os efeitos de novas legislações, como a Lei Complementar nº 226/2026.

Por fim, foram destacados os pontos de atenção na avaliação atuarial de 2026 e seus impactos nos RPPS, consolidando o dia como um espaço de aprofundamento técnico e troca de experiências para o fortalecimento da gestão previdenciária.

No terceiro e último dia do **1º Congresso Sul-Fronteira da ADIMP-MS**, realizado em Ponta Porã, a programação concentrou-se na aplicação prática de ferramentas de gestão voltadas aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Os debates destacaram o uso de dados atuariais na tomada de decisão estratégica, com a palestra “Do DRAA à decisão”, ministrada por Tulio Pinheiro Carvalho, enfatizando o equilíbrio atuarial e os reajustes necessários à sustentabilidade dos regimes. Também foi abordado o papel da inteligência artificial na gestão previdenciária contemporânea, evidenciando seu potencial como aliada na modernização dos processos.

A programação incluiu ainda discussões sobre concessão de benefícios, com foco na aposentadoria de professores após a Lei nº 15.326/2026, além da apresentação de cases de sucesso em investimentos, compartilhados por Robson de Lima Araujo e Ronny Wdson F. do Nascimento.

Outro ponto relevante foi a análise das perspectivas da compensação previdenciária para 2026, apresentada por Renato Luiz Pinto de Araújo. Durante todo o evento, o Ministério da Previdência ofereceu atendimento técnico especializado, com suporte em sistemas como DRAA, DAIR, DIPR, GESCON, DPIN e COMPREV.

O congresso foi encerrado com solenidade final e sorteio de brindes, consolidando seu objetivo de fortalecer a governança, promover a troca de experiências e impulsionar a modernização da gestão previdenciária no estado e na região de fronteira.

Observações:

verdadeiras

Declaro as Informações acima

Naviraí, 24 DE ABRIL DE 2026

Atenciosamente;

GENI MESSIAS ALVES BARRETO
MEMBRO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO



RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: JÚLIO MARQUES DA SILVA	CONSELHEIRO FISCAL

2. Período do Evento	
Data de Saída: 15/04/2026	Data de Retorno: 17/04/2026
Local do evento (cidade/Estado): PONTA PORÃ-MS	Nome e link do Evento. 1º Congresso Sul-Fronteira ADIMP-MS https://eventos.inf.br/adimp/2026/295/index.php

Palestras e Paineis Assistidos:

1.

PALESTRA MAGNA – Desafios e Perspectivas dos RPPS Sul-Mato-Grossenses: entre a meta atuarial, a maturidade da gestão e a inovação tecnológica na gestão pública

Palestrante: Márcia Lúcia Paes Caldas; Luciana Moura Reinaldo; Paula Cansalter Campos

Resumo:

A palestra magna ministrada por Márcia Lúcia Paes Caldas, Luciana Moura Reinaldo e Paula Cansalter Campos abordou os principais desafios e perspectivas dos RPPS sul-mato-grossenses, com foco no equilíbrio entre meta atuarial, maturidade da gestão e inovação tecnológica. Destacou-se que o cumprimento da meta atuarial permanece como um dos maiores desafios, exigindo estratégias de investimento mais sofisticadas e alinhadas ao cenário econômico.

Foi enfatizada a necessidade de evolução da maturidade da gestão, com fortalecimento da governança, capacitação dos agentes e adoção de boas práticas administrativas. Nesse contexto, a profissionalização dos gestores e conselheiros foi apontada como fator essencial para garantir decisões mais seguras e eficientes.

Outro eixo relevante foi a inovação tecnológica, destacando o uso de ferramentas digitais e inteligência de dados para aprimorar a gestão, aumentar a transparência e otimizar processos internos. A integração entre tecnologia, governança e gestão atuarial foi apresentada como caminho para maior eficiência e controle.

Por fim, reforçou-se que os RPPS devem atuar de forma estratégica e preventiva, considerando o cenário de longo prazo e os riscos envolvidos, buscando sustentabilidade e equilíbrio financeiro e atuarial.

Recomenda-se que os RPPS invistam na maturidade da gestão, integrem soluções tecnológicas aos processos decisórios e adotem estratégias consistentes para cumprimento da meta atuarial, promovendo maior eficiência, transparência e sustentabilidade no longo prazo.

2.

Tema: Crédito Consignado: Contratação, Garantias e Metas e Empréstimo Consignado como ativo estratégico: estruturação, riscos e garantia de performance

Palestrante: Carlos Raimundo Esteves; Marcus Evandro Giarola

Resumo:

A palestra ministrada por Carlos Raimundo Esteves e Marcus Evandro Giarola abordou o crédito consignado como instrumento de investimento estratégico para os RPPS, destacando sua regulamentação pela Portaria MTP nº 1.467/2022 e pela Resolução CMN nº 4.963/2021. Foi



ênfatisado que essa modalidade é restrita a servidores efetivos estatutários e exige estruturação técnica adequada para sua implementação.

Foram apresentadas experiências práticas, como o caso de Astorga/PR, evidenciando a necessidade de planejamento inicial, contratação estruturada via processo licitatório e definição de política de crédito conservadora, priorizando aposentados e pensionistas. Destacou-se a importância das garantias, como consignação em folha, seguros prestamistas e fundos garantidores, para mitigação dos riscos de crédito.

A gestão de riscos foi apontada como elemento central, abrangendo riscos de crédito, operacionais e jurídicos, com exigência de controles internos, auditoria permanente e regulamentação robusta. Entre os benefícios para os RPPS, destacam-se a rentabilidade atrativa, baixo risco relativo, diversificação da carteira e geração de receitas. Para os segurados, o modelo oferece acesso facilitado, menor custo e maior segurança.

Também foi destacado que o período de 2025-2026 representa um marco de consolidação do consignado como ativo, com potencial de expansão e impacto positivo na economia local.

Recomenda-se que os RPPS avaliem a implementação do crédito consignado com planejamento estruturado, adotem políticas conservadoras de concessão, fortaleçam a gestão de riscos e utilizem garantias adequadas, visando segurança, rentabilidade e contribuição para a sustentabilidade do regime.

3.

Tema: O que os números da Avaliação Atuarial nos dizem sobre os RPPS de Mato Grosso do Sul? E a Sustentabilidade atuarial e equilíbrio financeiro

Palestrante: Luciana Moura Reinaldo; Suellem Barroso Rodrigues

Resumo:

A palestra ministrada por Luciana Moura Reinaldo e Suellem Barroso Rodrigues abordou o diagnóstico atuarial dos RPPS de Mato Grosso do Sul, destacando que o déficit atuarial é a condição predominante, atingindo cerca de 95% dos regimes. Foi explicado que a avaliação atuarial busca responder questões centrais: o custo atual dos benefícios, o custo futuro e se as receitas serão suficientes para garantir o equilíbrio do sistema.

Entre as principais causas do déficit, além do aumento da longevidade, foram apontados planos de custeio subestimados, bases cadastrais desatualizadas ou incompletas, baixa rentabilidade dos investimentos, atrasos ou ausência de repasses previdenciários e falhas na compensação previdenciária. Esses fatores comprometem diretamente a sustentabilidade financeira e atuarial dos regimes.

Também foi apresentado o panorama demográfico dos RPPS do estado, evidenciando predominância de segurados ativos em relação aos beneficiários, o que indica uma janela de oportunidade para acumulação de recursos. Observou-se ainda maior média de idade entre homens, exceto no grupo de pensionistas.

Por fim, destacou-se que o cenário previdenciário brasileiro exige contínuas adaptações, sendo as reformas inevitáveis diante do envelhecimento populacional e das pressões sobre o sistema.

Recomenda-se que os RPPS aprimorem suas bases cadastrais, revisem seus planos de custeio, garantam regularidade nos repasses e fortaleçam a gestão de investimentos e da compensação previdenciária, visando reduzir o déficit e assegurar a sustentabilidade de longo prazo.

4.

Tema: As oportunidades da renda fixa: Teu comitê escolhe ou reage?

Palestrante: Paulo Roberto Nagamine; Gustavo Leite

Resumo:

A palestra ministrada por Paulo Roberto Nagamine e Gustavo Leite provocou reflexão sobre o papel dos comitês de investimento, questionando se atuam de forma ativa (escolhendo) ou reativa (respondendo às ofertas do mercado). Foi destacado que, na prática, muitos RPPS ainda iniciam suas decisões a partir de produtos apresentados por instituições financeiras, quando o ideal seria um processo estruturado interno, baseado em análise técnica e planejamento estratégico.

No cenário macroeconômico, apontou-se que as tensões geopolíticas e a possibilidade de elevação dos juros no exterior tendem a manter a atratividade da renda fixa. Nesse contexto, os ativos pós-



fixados continuam cumprindo a meta atuarial, enquanto os pré-fixados apresentam desempenho superior em determinados momentos, exigindo avaliação criteriosa do timing de alocação.

Também foi destacado que índices como CDI, IRF-M1 e IRF-M se mostram mais adequados ao cenário atual em comparação aos IMA-B, reforçando a importância de decisões alinhadas ao ciclo econômico. A perspectiva para 2026 e 2027 é positiva para atingimento da meta atuarial, desde que haja estratégia bem definida.

Recomenda-se que os RPPS fortaleçam a atuação proativa dos comitês de investimento, estruturando processos decisórios internos, baseados em análise técnica e planejamento, evitando decisões reativas e buscando maior eficiência na alocação dos recursos.

5.

Tema: Previdência Complementar: consequências da não implantação e soluções para atendimento à EC 103/2019

Palestrante: Sílvio Eugênio

Resumo:

A palestra ministrada por Sílvio Eugênio abordou os impactos da não implantação da previdência complementar pelos entes públicos, especialmente à luz da Emenda Constitucional nº 103/2019. Inicialmente, destacou-se a mudança no perfil demográfico brasileiro, com envelhecimento da população e redução da proporção entre trabalhadores ativos e aposentados, indicando crescente pressão sobre o sistema previdenciário.

Foi apresentado que, atualmente, a sustentabilidade do modelo está comprometida, sendo necessário um número cada vez maior de contribuintes para suportar os benefícios, cenário que tende a se agravar. Estudos recentes indicam que, sem novas mudanças estruturais, a idade mínima para aposentadoria poderá atingir patamares elevados nas próximas décadas, refletindo o desequilíbrio do sistema.

Nesse contexto, discutiu-se a necessidade de evolução do modelo previdenciário, com a combinação de regimes, envolvendo repartição simples com garantia de renda mínima, capitalização individual e previdência complementar, como forma de distribuir riscos e garantir sustentabilidade. A não implementação da previdência complementar pelos entes pode resultar em maior pressão fiscal e desequilíbrio atuarial.

Recomenda-se que os RPPS avaliem a implementação da previdência complementar conforme previsto na reforma, adotem medidas de ajuste estrutural e planejem o equilíbrio de longo prazo, reduzindo riscos fiscais e fortalecendo a sustentabilidade do sistema previdenciário.

6.

Tema: A Nova Regra do Jogo dos Investimentos dos RPPS: o que muda com a resolução CMN nº 5.272

Palestrante: Juliana Costa Alfonso; Luciana Moura Reinaldo

Resumo:

A palestra ministrada por Juliana Costa Alfonso e Luciana Moura Reinaldo abordou as mudanças introduzidas pela Resolução CMN nº 5.272, destacando uma nova lógica na gestão dos investimentos dos RPPS, com maior ênfase em governança, responsabilidade técnica e transparência. A norma reforça o papel dos gestores e comitês de investimento, exigindo decisões mais estruturadas, fundamentadas e alinhadas ao perfil atuarial do regime.

Foi evidenciado que a resolução amplia a responsabilidade dos agentes envolvidos, exigindo maior qualificação e participação ativa nos processos decisórios, além de fortalecer os mecanismos de controle e supervisão. A política de investimentos passa a ter caráter mais estratégico, devendo refletir a realidade do passivo atuarial e os objetivos de longo prazo do RPPS.

Também se destacou a necessidade de aprimoramento da gestão de riscos, com maior rigor na análise de ativos, diversificação das carteiras e acompanhamento contínuo do desempenho. A nova regulamentação exige não apenas a adoção de boas práticas, mas a comprovação documental das decisões tomadas, aumentando a rastreabilidade e a accountability.

Outro ponto relevante foi a transição para o novo modelo, que demanda revisão das políticas de investimento, capacitação dos envolvidos e adaptação dos processos internos, exigindo planejamento e organização dos RPPS.



Recomenda-se que os RPPS revisem suas políticas de investimento à luz da nova resolução, fortaleçam a governança e a capacitação dos agentes envolvidos e adotem processos decisórios mais técnicos e documentados, garantindo conformidade, segurança e melhor desempenho na gestão dos recursos previdenciários.

7.

Tema: Avaliação Atuarial 2026: Pontos a serem observados

Palestrante: José Wilson Silva Neto

Resumo:

A palestra ministrada por José Wilson Silva Neto abordou a Avaliação Atuarial como instrumento essencial de planejamento financeiro dos RPPS, destacando que não se trata de mera formalidade, mas de ferramenta estratégica para garantir a sustentabilidade do regime. Ressaltou-se que a avaliação é aplicável a todos os RPPS e impacta diretamente milhões de servidores e seus dependentes, sendo fundamental para a segurança previdenciária.

Foi enfatizado o papel da Nota Técnica Atuarial como documento central, responsável por fundamentar toda a avaliação, devendo ser elaborada por atuário devidamente registrado. Também foram apresentados os pilares da avaliação atuarial: base cadastral, base técnica e base normativa, cuja consistência é determinante para a confiabilidade dos resultados.

A exposição abordou ainda os regimes financeiros utilizados — capitalização, repartição simples e capitais de cobertura —, bem como as principais hipóteses biométricas, como mortalidade, invalidez e rotatividade, que influenciam diretamente os cálculos atuariais e o equilíbrio do sistema.

Recomenda-se que os RPPS tratem a avaliação atuarial como instrumento efetivo de gestão, assegurem a qualidade das bases utilizadas, validem as premissas adotadas e utilizem seus resultados para orientar decisões estratégicas, visando equilíbrio financeiro e sustentabilidade de longo prazo.

8.

Tema: Onde encontrar oportunidade dentro da renda fixa? E Regulação e Responsabilidade na Assessoria de Investimentos

Palestrante: Fábio Caldart Zordan; Sullivan Moreira Diniz

Resumo:

A palestra ministrada por Fábio Caldart Zordan e Sullivan Moreira Diniz abordou as oportunidades na renda fixa diante de mudanças no regime de juros e os aspectos de regulação e responsabilidade na assessoria de investimentos. Inicialmente, destacou-se a necessidade de adaptação das estratégias quando há alteração no ciclo econômico, exigindo dos gestores maior capacidade de leitura de cenário e ajuste das carteiras.

Foi discutido que, em um contexto de elevação dos preços do petróleo, em patamares próximos a 100 dólares, o Brasil tende a se beneficiar, especialmente pela entrada de capital estrangeiro, o que pode influenciar o comportamento do câmbio e dos juros. Nesse cenário, a manutenção de taxas elevadas pode tornar a renda fixa ainda mais atrativa, reforçando sua relevância para os RPPS.

Também se destacou a importância da atuação responsável na assessoria de investimentos, com decisões fundamentadas, alinhadas ao perfil do regime e em conformidade com a regulamentação vigente. A análise técnica e a compreensão dos impactos macroeconômicos são essenciais para evitar riscos desnecessários.

Recomenda-se que os RPPS acompanhem atentamente as mudanças no cenário de juros, ajustem suas estratégias de renda fixa com base em análise técnica e assegurem que suas decisões de investimento estejam alinhadas à regulação e à responsabilidade fiduciária, visando segurança e eficiência na gestão dos recursos.

9.

Tema: Excelência da gestão por meio da qualificação institucional e profissional em busca do CRP administrativo e benefícios da pró regularidade

Palestrante: Márcia Lúcia Paes Caldas; André Rocha Marinho

Resumo:



A palestra ministrada por Márcia Lúcia Paes Caldas e André Rocha Marinho destacou que a profissionalização da gestão é o principal caminho para a sustentabilidade dos RPPS, exigindo organização institucional, capacitação contínua e adoção de boas práticas. Nesse contexto, o Pró-Gestão foi apresentado como importante instrumento de evolução, embora não seja solução única, mas um direcionador para melhoria da governança e da gestão previdenciária.

Foi enfatizada a importância da regularidade previdenciária como condição essencial para obtenção e manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária, sendo este um indicador de conformidade e credibilidade institucional. Destacou-se que o cumprimento dos requisitos legais depende diretamente da estrutura organizacional e do preparo dos agentes envolvidos.

Também foi abordado o programa de regularidade previdenciária, que estabelece parâmetros e oferece suporte aos entes para identificação de inconsistências e adoção de medidas corretivas, atuando de forma preventiva para evitar sanções e restrições. A integração entre qualificação profissional e organização institucional foi apontada como fundamental para o alcance da regularidade.

Recomenda-se que os RPPS invistam na profissionalização da gestão, utilizem o Pró-Gestão como ferramenta de aprimoramento institucional e atuem de forma preventiva na regularidade previdenciária, visando a manutenção do CRP e a sustentabilidade do regime.

10.

Tema: Crédito e Mercado - Pró Gestão

Palestrante: Samanta Zaniquelli

Resumo:

A palestra ministrada por Samanta Zaniquelli abordou a relação entre crédito, mercado e governança no contexto do Pró-Gestão, destacando que a governança atua como mecanismo de proteção aos gestores dos RPPS. Foi enfatizado que decisões bem estruturadas, documentadas e transparentes reduzem riscos de responsabilização e fortalecem a segurança institucional.

Um dos pontos centrais foi a necessidade de previsão de plano de contingência na política de investimentos, mesmo em cenários de rentabilidade positiva. A palestrante ressaltou que a gestão de riscos deve ser contínua, antecipando possíveis cenários adversos e definindo estratégias claras para enfrentamento de crises.

Também se destacou a importância da formalização e documentação desses planos, bem como da transparência das ações adotadas ao longo do tempo. A governança eficiente foi apresentada como a capacidade de organizar, registrar e justificar tecnicamente as decisões, garantindo rastreabilidade e credibilidade.

Recomenda-se que os RPPS fortaleçam suas práticas de governança, incluam planos de contingência em suas políticas de investimento, assegurem a adequada documentação das decisões e promovam transparência contínua, visando maior proteção aos gestores e segurança na gestão dos recursos previdenciários.

11.

Tema: A importância do Censo Previdenciário

Palestrante: Carlos Henrique de Siqueira Gomes

Resumo:

A palestra ministrada por Carlos Henrique de Siqueira Gomes abordou a importância do censo previdenciário como instrumento fundamental para a gestão eficiente dos RPPS. Destacou-se que o censo consiste na atualização e validação periódica dos dados cadastrais, funcionais e financeiros dos segurados e beneficiários, sendo base essencial para a confiabilidade das informações do regime. Foi enfatizado que a qualidade da base cadastral impacta diretamente nos resultados da avaliação atuarial, influenciando o cálculo do passivo, do plano de custeio e das projeções futuras. Dados inconsistentes ou desatualizados podem gerar distorções relevantes, comprometendo a tomada de decisões e a sustentabilidade do sistema.

Também se destacou que o censo contribui para maior controle e transparência, permitindo identificar inconsistências, irregularidades e oportunidades de melhoria na gestão. Além disso, auxilia no cumprimento de exigências legais e na manutenção da regularidade previdenciária.



Outro ponto relevante foi o papel do censo como ferramenta estratégica, que vai além da atualização de dados, servindo como base para planejamento, governança e aprimoramento contínuo da gestão previdenciária.

Recomenda-se que os RPPS realizem censos previdenciários periódicos, invistam na qualidade e atualização das bases cadastrais e utilizem essas informações como suporte para decisões atuariais e administrativas, garantindo maior segurança, eficiência e sustentabilidade do regime.

12.

Tema: Impactos da Resolução CMN nº 5.272/2025

Palestrante: José França

Resumo:

A palestra ministrada por José França abordou os impactos da Resolução CMN nº 5.272 na gestão dos investimentos dos regimes próprios, destacando uma mudança relevante na forma de tomada de decisão. A norma reforça o papel estratégico da política de investimentos, que passa a exigir maior alinhamento com o passivo atuarial e com os objetivos de longo prazo do RPPS.

Foi enfatizado que a resolução amplia a responsabilidade dos gestores e comitês de investimento, exigindo decisões mais técnicas, fundamentadas e devidamente documentadas, com maior transparência e rastreabilidade. A atuação deixa de ser reativa e passa a exigir planejamento estruturado e protagonismo na definição das estratégias.

Outro ponto relevante é o fortalecimento da gestão de riscos, com maior rigor na análise dos ativos, necessidade de diversificação das carteiras e acompanhamento contínuo do desempenho. A norma também impulsiona a qualificação dos agentes envolvidos, elevando o nível de exigência técnica.

Além disso, a adaptação ao novo modelo requer revisão de políticas, processos internos e integração entre áreas como investimentos, atuária e governança, garantindo maior eficiência e conformidade.

Recomenda-se que os RPPS revisem suas políticas de investimento, fortaleçam a governança e a gestão de riscos, capacitem seus agentes e adotem processos decisórios técnicos e bem documentados, assegurando maior segurança, conformidade e eficiência na gestão dos recursos previdenciários.

13.

Tema: Lei Complementar 226/2026 (Lei do descongelamento) e os impactos nos RPPS

Palestrante: Júlio Cesar Fucilini Pause

Resumo:

A palestra ministrada por Júlio Cesar Fucilini Pause abordou os impactos da Lei Complementar nº 226/2026 nos regimes próprios de previdência social, especialmente no que se refere à recomposição do tempo de serviço anteriormente congelado. Destacou-se que a medida altera significativamente a dinâmica de concessão de benefícios, podendo antecipar aposentadorias e gerar aumento imediato das despesas previdenciárias.

Foi enfatizado que o descongelamento impacta diretamente as avaliações atuariais, exigindo revisão das bases cadastrais, das premissas e dos planos de custeio, uma vez que modifica o tempo de contribuição e a elegibilidade dos segurados. Esse cenário pode agravar déficits atuariais, caso não sejam adotadas medidas de equacionamento adequadas.

Também se ressaltou a necessidade de integração entre as áreas de recursos humanos, previdência e atuária, garantindo que as alterações sejam corretamente registradas e refletidas nos sistemas. A gestão deve atuar de forma preventiva, antecipando os efeitos financeiros e ajustando suas estratégias.

Outro ponto relevante foi a importância da transparência e da comunicação com os segurados, diante das mudanças nas regras e seus impactos individuais. A adequada orientação contribui para maior segurança jurídica e compreensão do processo.

Recomenda-se que os RPPS promovam a revisão de suas avaliações atuariais, atualizem suas bases cadastrais, ajustem seus planos de custeio e adotem medidas preventivas de gestão, visando mitigar os impactos financeiros e garantir a sustentabilidade do regime.



14.

Tema: Do DRAA à decisão: utilizando demonstrativos para estratégias de equilíbrio atuarial e reajustes

Palestrante: Túlio Pinheiro Carvalho

Resumo:

A palestra ministrada por Túlio Pinheiro Carvalho abordou a utilização do DRAA e dos demonstrativos atuariais como instrumentos centrais para a tomada de decisão nos RPPS, destacando que superávits e déficits atuariais devem orientar ações concretas de gestão. Enfatizou-se que a análise atuarial precisa sair do campo formal e ser efetivamente utilizada para definição de estratégias de equilíbrio financeiro e atuarial.

Com base na Portaria MTP nº 1.467/2022, foi detalhado que o art. 55 trata das medidas de equacionamento do déficit atuarial, prevendo alternativas como instituição ou revisão de plano de amortização, aumento de alíquotas, aportes financeiros, utilização de ativos e outras formas de recomposição do equilíbrio, sempre com respaldo técnico e legal.

Já os arts. 68 e 69 reforçam a necessidade de acompanhamento contínuo da situação atuarial, exigindo que o ente avalie periodicamente a efetividade das medidas adotadas e promova ajustes sempre que necessário, garantindo a manutenção do equilíbrio ao longo do tempo.

Nesse contexto, destacou-se que decisões como reajustes, definição de custeio e estratégias de financiamento devem estar diretamente vinculadas aos dados atuariais, evitando improvisações e fortalecendo a governança.

Recomenda-se que os RPPS utilizem o DRAA como instrumento estratégico de gestão, implementem planos de equacionamento fundamentados na Portaria nº 1.467/2022 e realizem monitoramento contínuo das medidas adotadas, assegurando decisões técnicas, sustentáveis e alinhadas ao equilíbrio atuarial.

15.

Tema: Gestão de RPPS no século XXI: a Inteligência Artificial como aliada

Palestrante: Ronny Wdson F. do Nascimento

Resumo:

A palestra ministrada por Ronny Wdson F. do Nascimento destacou a importância da inteligência artificial como aliada na modernização da gestão pública, especialmente nos RPPS. Foi enfatizado que a IA contribui para a automação de tarefas repetitivas, otimização de rotinas administrativas, melhoria da comunicação institucional e apoio na elaboração de documentos, aumentando a eficiência operacional.

Também se ressaltou que a utilização dessas ferramentas possibilita melhor organização do conhecimento e liberação de tempo dos servidores para atividades mais estratégicas, elevando o nível da gestão. A tecnologia foi apresentada como instrumento de apoio à tomada de decisão, sem substituir o papel humano, mas ampliando sua capacidade de atuação.

Por outro lado, destacou-se a necessidade de cautela no uso da IA, especialmente quanto ao tratamento de dados pessoais, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. O uso inadequado pode gerar riscos jurídicos e comprometer a segurança das informações dos segurados e beneficiários.

Recomenda-se que os RPPS adotem a inteligência artificial de forma planejada, utilizem-na para ganho de eficiência e produtividade, e estabeleçam protocolos de segurança da informação, garantindo conformidade com a LGPD e proteção dos dados dos segurados.

16.

Tema: Perspectiva da Compensação Previdenciária para 2026

Palestrante: Renato Luiz Pinto de Araújo

Resumo:

A palestra ministrada por Renato Luiz Pinto de Araújo abordou as perspectivas da compensação previdenciária para 2026, iniciando pela definição do instituto, que visa equilibrar financeiramente os regimes previdenciários por meio da contagem recíproca de tempo de contribuição. Destacou-se a importância da Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) como documento essencial para viabilizar esse processo, além da vedação de concomitância e da necessidade de correta apuração da compensação financeira entre regimes.



Foi informado que a análise automática de requerimentos no sistema Comprev encontra-se suspensa temporariamente, até a implementação de um módulo de revisão mais robusto, o que pode impactar a celeridade dos processos e exigir maior acompanhamento pelos entes. Esse cenário reforça a necessidade de controle e gestão ativa dos pedidos.

Outro ponto relevante foi a limitação orçamentária, com previsão de que os recursos destinados ao pagamento das compensações no exercício se esgotem até o mês de outubro, o que pode gerar atrasos e afetar o fluxo financeiro dos RPPS.

Diante disso, a compensação previdenciária foi apresentada como elemento estratégico para o equilíbrio financeiro, exigindo organização, controle e acompanhamento contínuo.

Recomenda-se que os RPPS fortaleçam a gestão da compensação previdenciária, mantenham suas bases cadastrais atualizadas, acompanhem os requerimentos junto ao sistema e considerem os impactos orçamentários no planejamento financeiro, visando maior eficiência e equilíbrio nas contas previdenciárias.

17.

TEMA: Benefícios Previdenciários: aposentadoria dos professores após a Lei nº 15.326/2026

Palestrante: Bruno Martins

Resumo:

A palestra ministrada por Bruno Martins abordou os impactos da Lei nº 15.326/2026 na aposentadoria dos professores, destacando que as alterações promovidas possuem natureza predominantemente remuneratória, não devendo ser automaticamente consideradas para fins de concessão de benefícios previdenciários.

Foi enfatizado que a referida norma promoveu alterações no art. 61, sem modificar o art. 67 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o que reforça a necessidade de interpretação cuidadosa quanto aos reflexos previdenciários dessas mudanças. Nesse sentido, destacou-se que nem toda vantagem ou ajuste remuneratório deve ser incorporado aos proventos de aposentadoria.

A palestra alertou para o risco de concessões indevidas de benefícios com base em interpretações equivocadas da legislação, o que pode gerar impactos financeiros relevantes e responsabilização dos gestores. Assim, a análise técnica e jurídica é essencial na aplicação das novas regras.

Também se ressaltou a importância da integração entre os setores jurídico, previdenciário e de recursos humanos, garantindo que as alterações legislativas sejam corretamente interpretadas e aplicadas no âmbito dos RPPS.

Recomenda-se que os RPPS realizem análise criteriosa da legislação, evitem a incorporação indevida de parcelas remuneratórias aos benefícios, alinhem entendimentos entre os setores envolvidos e adotem segurança jurídica na concessão de aposentadorias de professores.

18.

TEMA: Case: Sucesso em Investimento

Palestrante: Robson de Lima Araujo

Resumo:

A palestra ministrada por Robson de Lima Araujo apresentou um estudo de caso prático de sucesso em investimentos com base na experiência do Instituto Previlândia, destacando a importância de uma gestão estruturada, disciplinada e orientada por resultados. O instituto foi citado como exemplo de RPPS com boa saúde financeira e reconhecimento regional pela solidez de sua gestão.

5. Motivação / Interesse Público da Capacitação: A participação no evento foi fundamental para atualização técnica e estratégica sobre a gestão dos RPPS, abrangendo aspectos atuariais, investimentos, governança e inovação. Os conteúdos apresentados contribuíram para o aprimoramento da tomada de decisões, alinhadas às exigências normativas e à sustentabilidade do regime. Além disso, proporcionou visão integrada das boas práticas necessárias para fortalecer a gestão previdenciária e garantir maior eficiência institucional.



NAVIRAIPREV
PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS
00.094.350/0001-64



Observações:

Declaro as Informações acima verdadeiras

Naviraí, 27 DE abril DE 2026.

Atenciosamente,

Julio Marques da Silva:02319449183
Assinado de forma digital por Julio Marques da Silva:02319449183
Dados: 2026.04.27 23:58:05 -04'00'

NOME: JÚLIO MARQUES DA SILVA
Cargo: CONSELHEIRO FISCAL



NAVIRAIPREV

PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS

ANEXO I

RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: Marcio Albino	Diretor-Secretário

2. Período do Evento	
Data de Saída: 15/04/2026	Data de Retorno: 17/04/2026
Local do evento (cidade/Estado): Ponta Pontá - MS	Nome e link do Evento. 1º Congresso Sul-Fronteira da ADIMP-MS https://eventos.inf.br/adimp/2026/295/index.php

Palestras e Painéis Assistidos: No campo abaixo descrever, de forma resumida e objetiva, as informações conforme a seguir:

O evento começou no dia 15/04/26, com a palestra Magna, trazendo como tema: Desafios e expectativas dos RRPS Sul-mato-grossense, as palestrantes foram: Márcia Lúcia Paes Caldas (MPS) e Luciana Moura Reinaldo (MPS).

- Certificações Profissionais como pilares do RPPS
- Certificação proporciona capacitação profissional.
- O Pró-Gestão vida somente investimento, mas por ser importante na organização e administração do RPPS. Objetivo as boas práticas de gestão
- 52 RPPS no estado do MS, com 19 adesão ao Pró-Gestão, sendo 11 com certificação 7 nível I e 4 nível II.
- Sobre a nova certificação profissional no MS são 938 com a certificação.
- 23 RPPS realizaram a reforma da Previdência em seus municípios

No dia 16/04/26 às palestras iniciou com Carlos Raimundo Esteves (Agenda Assessoria) e Marcus Evandro Giarola (APEPREV-ORTOGA), abordando o tema: Crédito Consignado, os principais destaques da palestra foram:

- Resolução CNV 4963, 25/11/21
- Resolução 5272, o Crédito Consignado para os RPPS que não possui o Pró-Gestão - 5% e para RPPS que não possui o Pró-Gestão e 10% para os que possui Pró-Gestão
- Pode ser feita via empresa contratada
- Precisa definir política de crédito
- Aposentados e pensionista
- Observar os 5 pilares de sustentação
- Gestão dos riscos

Tema: Avaliação Atuarial

Palestrantes: Luciana Moura Reinaldo (MPS) e Suellen Barroso Rodrigues (SBR Atuarial)

Principais pontos abordados durante a palestra:

- Emenda Constitucional 103/2019
- Analisar pirâmide etária 1980 até 2050
- Evolução da longevidade no Brasil - expectativa de vida crescendo, torna um grande desafio para os RPPS. No MS a expectativa média 72 anos

A avaliação atuarial mostra o equilíbrio financeiro do RPPS e orienta decisões sobre custeio, investimentos e ajustes necessários, sendo essencial para garantir a sustentabilidade no longo prazo. O retrato do RPPS combina dados demográficos, financeiros e atuariais para avaliar a saúde do regime. A análise do perfil dos segurados, do fluxo de receitas e despesas e da cobertura dos compromissos permite identificar riscos, medir o resultado atuarial e orientar ajustes no custeio e na gestão, garantindo o equilíbrio e a sustentabilidade no longo prazo.

Tema: Oportunidades da Renda Fixa/ Teu Comitê escolhe ou reage?

Palestrante: Gustavo e Paulo



NAVIRAIPREV

PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS

A Resolução CMN nº 5.272 deve ser interpretada não como limitação, mas como oportunidade na renda fixa. O cenário permite escolher entre uma visão conservadora ou estratégica. A renda fixa segue como pilar de segurança e previsibilidade para o RPPS. O ambiente de juros pode gerar boas oportunidades de retorno com controle de risco. O conselheiro deve enxergar a renda fixa como instrumento estratégico para bater a meta atuarial com segurança, aproveitando o cenário e respeitando a regulação.

Tema: PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Palestrante: Sylvio da Prevcom

A previdência complementar é essencial para limitar benefícios ao teto e reduzir o déficit futuro. A não implantação da previdência complementar, conforme a Emenda Constitucional nº 103/2019, aumenta o risco fiscal e atuarial do RPPS, mantendo passivos elevados. Implantar a previdência complementar é uma medida estruturante obrigatória, fundamental para reduzir riscos e garantir o equilíbrio de longo prazo do RPPS.

Tema: Avaliação Atuarial de 2026

Palestrante Sullivan Moreira Diniz (Empire Capital e Fabio Caldart Zordan (Bradesco)

Avaliação Atuarial é um documento anual.

O papel do Assessor de investimento

A apresentação trata do papel estratégico do assessor de investimentos dentro da governança dos RPPS, destacando que sua atuação vai além da recomendação de ativos, sendo peça-chave na estruturação, conformidade e suporte à tomada de decisão.

- O assessor deve atuar alinhado à política de investimentos
- Reforço da governança
- Importância da qualidade da informação e da leitura do cenário macroeconômico para evitar decisões reativas
- O assessor como elo entre mercado financeiro e gestores/conselhos

O assessor é relevante, mas a responsabilidade final permanece com a governança do RPPS; decisões devem ser técnicas, documentadas e alinhadas ao longo prazo atuarial.

Tema: EXCELÊNCIA DA GESTÃO POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E PROFISSIONAL EM BUSCA DO CRP ADMINISTRATIVO E BENEFÍCIOS DO PRÓ GESTÃO

Palestrantes: Marcia Lúcia Paes Caldas (MPS) e Luiz Carlos (Águia)

Qualificação institucional e profissional é determinante para a obtenção e manutenção do CRP. O CRP depende diretamente do cumprimento de requisitos legais, atuariais e de governança.

A capacitação contínua de gestores, conselheiros e equipe técnica é condição para boa gestão. Integração entre áreas (administrativa, financeira e previdenciária) como fator crítico de sucesso.

Programas como o Pró-Gestão RPPS, estruturam boas práticas e elevam o nível de governança.

Riscos observados:

Perda do CRP por falhas formais (envios, prazos, inconsistências).

Baixa qualificação técnica comprometendo decisões e conformidade.

Desalinhamento entre setores gerando fragilidade institucional.

Diretrizes práticas:

Instituir política permanente de capacitação e certificação.

Monitorar regularmente os indicadores de regularidade

Fortalecer controles internos e rotinas administrativas

Buscar adesão e evolução no Pró-Gestão, visando melhoria contínua.

No dia 17/04/26 às palestras iniciou com palestra **Além da Rentabilidade**, com o palestrante: Ronny Wdson F do Nascimento (IMPRO).

O palestrante abordou a utilização da Inteligência Artificial (IA) na gestão dos RPPS, dispoendo está tecnologia como ferramenta de apoio à eficiência, governança e tomada de decisão.

- A IA pode otimizar processos
- Melhoria na gestão de riscos
- Automação de rotinas administrativas
- Apoio na identificação de inconsistências em bases cadastrais e operacionais.

Riscos:

- Dependência excessiva de sistemas sem validação humana
- Uso de dados inconsistentes
- Falta de governança e critérios na adoção de ferramentas tecnológicas



NAVIRAIPREV

PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS

A Inteligência Artificial é um diferencial competitivo para os RPPS, mas sua eficácia depende de boa governança, dados confiáveis e uso responsável como suporte à decisão, não substituição da gestão. A IA não é apenas um modismo atual, mas ela veio para ficar.

A seguir a palestra foi sobre: Perspectiva da Compensação Previdenciária para 2026, palestrada por Renato de Lima Araújo. Alguns pontos de destaques da palestra:

A compensação previdenciária (COMPREV) é um instrumento relevante para o equilíbrio financeiro dos RPPS, com foco nas perspectivas para 2026, pois viabiliza a compensação financeira entre regimes (RGPS x RPPS) nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição. É uma fonte importante de receita para os RPPS, impactando diretamente o resultado financeiro.

A compensação previdenciária precisa ser tratada como estratégia de gestão do RPPS, não apenas operacional, sendo essencial para reforço de receitas e sustentabilidade do RPPS, por isso, necessidade de gestão ativa dos requerimentos, com foco em habilitação, análise e acompanhamento.

Para finalizar o evento o palestrante Bruno Martins, palestrou sobre o seguinte tema: Benefícios Previdenciários: Aposentadoria dos professores depois da Lei 15.326/26.

A partir da Lei nº 15.326/2026, traz alguns impactos previdenciários e também a necessidade de adequação dos RPPS às novas exigências legais. As mudanças exigem atuação técnica rigorosa do RPPS, na busca de alinhar legislação, concessão de benefícios e avaliação atuarial para evitar riscos financeiros e jurídicos.

Pontos centrais:

- Atualização das regras específicas para professores. Necessidade de adequação dos entes federativos às novas normas.
- Definição de critérios como tempo de contribuição, idade mínima e regras de transição.
- Impacto direto na concessão de benefícios e no planejamento previdenciário dos segurados.

Riscos:

- Concessão incorreta de benefícios por interpretação inadequada.
- Aumento de passivo atuarial caso regras não sejam corretamente aplicadas.
- Judicialização decorrente de falhas na análise de direito.

Se faz necessária a capacitação equipe técnica para correta aplicação da nova lei. Importante a revisão dos impactos atuariais das novas regras no RPPS, visando garantir análise criteriosa dos processos de aposentadoria de professores.

Observações: o evento proporcionou atualização técnica e conhecimento na busca de fortalecimento RPPS, compartilhando práticas, desafios e soluções que podem ser aplicadas em nosso RPPS. Trouxe debates sobre temas atuais, bem como, atualização sobre legislação e normas.

Declaro as Informações acima verdadeiras

Naviraí, 11 de maio de 2026.

Atenciosamente;

MARCIO ALBINO
Diretor-Secretário

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: Maria Aparecida Pereira dos Santos Ribeiro	Conselho administrativo

RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

2. Período do Evento	
Data de Saída: 15/04	Data de Retorno: 17/04
Local do evento (cidade/Estado): Ponta Porã-MS	Nome e link do Evento. 1º Congresso Sul - Fronteira de Conselheiros, Comitês e Gestores de RPPS- ADIMP-MS

O referido congresso apresentou palestras com temas relevantes para a capacitação do público alvo supercitados no tema do congresso. Com palestrantes especialistas que apresentaram seus temas com muita clareza, proporcionando aprendizagem aos congressistas. Dentre os temas apresentados alguns me chamaram muito atenção e me fez ampliar conhecimentos como:

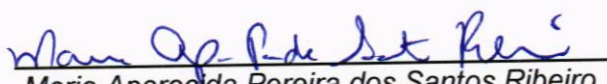
- *Empréstimo consignado*: foi discutido que o mesmo como uma forma de custeio, em que o RPPS precisa analisar e verificar se essa opção cabe na sua política atuarial e estar implantando como forma de aumentar a rentabilidade de seu patrimônio.
- *Cálculo atuarial*: os palestrantes discutiram que a sustentabilidade atuarial é uma tomada de decisão no presente pensando no futuro do segurado.
- *Investimentos*: o palestrante discutiu que o comitê precisa ser arquiteto, construindo estratégias com a cara do seu RPPS e não seguir somente orientações de consultores.
- *Avaliação atuarial*: o palestrante discutiu o assunto afirmando que a mesma é um documento que mostra a saúde financeira do RPPS e chamou a atenção para o observância dos indicadores: relação ativo/inativos; idade média; rentabilidade vs metas; cobertura do déficit, alíquota de equilíbrio e evolução patrimonial e aconselhou a buscar a certificação profissional para que o RPPS tenha uma gestão com conhecimentos técnicos sobre a sua função e atuação dentro do RPPS.
- *Profissionalização da gestão*: o palestrante deixou claro que a profissionalização dos gestores do RPPS é o caminho para a sustentabilidade da previdência social e o Pró-gestão não é tudo, mas é o caminho. Incentivou a fazer o curso de profissionalização, pois o mesmo trata de todos assuntos que permeia a gestão e funcionamento de um RPPS o que auxilia na ampliação de conhecimentos.
- *Função da previdência*: foi discutido que CORE da previdência é acima de tudo cuidar de pessoas, é fazer acontecer planejamentos feitos a 30, 20 anos atrás e por isso, a melhor maneira de prever o futuro e criá-lo.
- *Inteligência artificial*: foi discutido sobre a utilização da IA no RPPS, considerando que a mesma oferece várias formas de contribuição como: leitura de processos, criação de atas, entre outros, porém o RPPS precisa levar em consideração que o mesmo lida com dados públicos e a IA não garante que os dados vão ser guardados de forma segura. O palestrante sugeriu o estudo da cartilha que o governo lançou com as normas do uso da IA. Diante do exposto acima o referido congresso foi muito importante para a ampliação de conhecimentos e aumentar ainda mais o sendo de compromisso e responsabilidade que tenho para exercer a função de conselheira.

Motivação / Interesse Público da Capacitação: Sendo membro do conselho administrativo, necessito de formação e as palestras do referido evento me proporcionou ampliar conhecimentos que poderei por em prática no exercício da minha função como conselheira. Acredito que o conhecimento nunca é demais e ainda se tratando de assuntos tão relevantes que nos faz refletir sobre a nossa função e a gestão e governança no do RPPS.

Observações:

Declaro as Informações acima verdadeiras

Naviraí, 23 de abril de 2026


 Maria Aparecida Pereira dos Santos Ribeiro
 Conselho Administrativo

ANEXO I

RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: MARIA DE LOURDES MOREIRA SANTANA	Membro do conselho administrativo

2. Período do Evento	
Data de Saída: 15/04/2026	Data de Retorno: 17/04/2026
Local do evento (cidade /Estado): Centro de convenções International/Ponta Pora/MS	https://www.adimpms.org.br

Palestras e Painéis Assistidos: No campo abaixo descrever, de forma resumida e objetiva, as informações conforme a seguir:

Tema:

Os temas abordados foram:

- 1- Reforma da Previdência {EC 103/2019 E seus impactos nos RPPS Municipais.
- 1.1 Com foco nas novas regras de aposentadoria, pensões e equilíbrio atuarial.
- 2- Gestão, governança e boas práticas previdenciárias;
- 2.2 Destaque para boas práticas administrativas, transparência, responsabilidade dos gestores e o papel dos conselhos.
- 3- Equilíbrio financeiro e atuarial
- 3.3 Importância de manter a sustentabilidade dos regimes previdenciários, com análises atuariais periódicas e planejamento de longo prazo.
- 4- Equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes próprios;
- 4.4 Foi dado orientações sobre aplicação de recursos, segurança financeiro e cumprimento das normas da Secretaria de Previdência.
- No Controle interno e externo
- Atuações dos Tribunais de Contas e mecanismos de fiscalização para evitar irregularidades.
- 5- Aplicação de recursos e política de investimentos;
- Controle interno, externo e responsabilidade dos gestores.
- Atualizações constante quanto às normas legais e orientações dos órgãos fiscalizadores; Adoção de boas práticas na gestão e nos investimentos.

Observações: conclusão;

Os conhecimentos adquiridos poderão ser aplicados no(a):

Aperfeiçoamento da gestão previdenciárias do órgãos;

Melhoria dos processos administrativas e de Controle;
Apoio na tomada de decisões relacionadas a investimentos e equilíbrio atuarial;
Capacitação continua da equipe técnica.

5. Considerações Finais


O congresso contribuiu para:
Capacitar gestores e conselheiros previdenciários;
Atualizar conhecimentos técnicos e legais;
Promover integração entre municípios do estado;
Fortalecer a previdência pública municipal.

O congresso mostrou-se relevante para o aprimoramento profissional e institucional, contribuindo para o fortalecimento da previdência pública municipal e a melhoria da gestão dos RPPS.

Declaro as Informações acima verdadeiras

Naviraí, 23 de abril de 2026.

Atenciosamente;



Maria de Lourdes Moreira Santana
Conselheira Administrativo.

E-mail: naviraiprev@naviraiprev.ms.gov.br
AV. AMÉLIA FUKUDA, 170 - FONE (67) 3461 2999 – CEP 79.950-000 NAVIRAÍ-MS



1º Congresso Sul - Fronteira de Conselheiros, Comitê de investimentos e Gestores de RPPS

PONTA PORA - MS

15 a 17 de Abril 2025.

Relatório de capacitação

Conselheira Fiscal da Naviraíprev: Neuza de Andrade da Costa

Palestra de Abertura: 15/04/2026

Cerimônia de Abertura

A Cerimônia de abertura teve a Ilustre presença da Senadora Soraya Thronicke, que enfatizou sobre a reforma da previdência, e suas dificuldades.

Palestra inaugural

Desafios e Perspectivas dos RPPS Sul-Mato-Grossenses: entre a meta atuarial, a maturidade da gestão e a inovação tecnológica na gestão pública.

Participantes:

Marcia Lucia Paes Caldas (MPS)

Os RPPS de Mato Grosso do Sul enfrentam o desafio de garantir equilíbrio financeiro por meio do cumprimento da meta atuarial, diante de fatores como o envelhecimento da população. Ao mesmo tempo, é fundamental avançar na maturidade da gestão, com mais profissionalização e boas práticas. A inovação tecnológica surge como apoio estratégico, promovendo maior eficiência, transparência e melhor tomada de decisão. O futuro desses regimes depende da integração entre sustentabilidade financeira, gestão qualificada e uso de tecnologia.

CERTIFICAÇÕES: Pilares da Profissionalização dos RPPS

A Certificação Institucional do Pró-Gestão RPPS e a Certificação dos Profissionais dos RPPS se complementam no fortalecimento da gestão, da Governança, da eficiência e da transparência da gestão dos RPPS.

Pró-Gestão RPPS

Promove o aprimoramento dos processos de trabalho da UG do RPPS, com

Neuza

Foco na melhoria de seus controles internos, da governança corporativa, da educação previdenciária e a transparência da gestão.

Foi citado sobre o crescimento expressivo das certificações nos institutos de RPPS. Mais do que indicadores, destacou como essa evolução impacta diretamente a qualidade da gestão, fortalecendo a tomada de decisões nos RPPS.

Luciana Moura Reinaldo (MPS)

Coordenadora: Paula Cansalter Campos (Secretaria de Governo e Inovação da Prefeitura de Ponta Porã)

Crédito Consignado: Contratação, Garantias e Metas e Empréstimo Consignado como ativo estratégico: estruturação, riscos e garantia de performance.

Palestrantes:

Carlos Raimundo Esteves – (Agenda Assessoria)

O empréstimo consignado como nova forma de custeio.

Crédito consignado pode ser utilizado como um ativo estratégico na gestão pública, desde que bem estruturado para garantir segurança e eficiência. É fundamental considerar os riscos envolvidos, como inadimplência e questões operacionais, adotando mecanismos de controle e governança. A garantia de performance depende de uma gestão qualificada, com processos bem definidos e monitoramento contínuo, assegurando resultados sustentáveis.

• Regulamentado pela Resolução CMN n° 4963, de 25/11/2021

Art. 12. No segmento de empréstimos a segurados, na modalidade consignados, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social subordinam-se, alternativamente, aos seguintes

Limites, apurados na forma do caput do art. 60

- até 5%(cinco por cento), para os regimes que não alcançarem os níveis de governança previstos no

70 do art. 70;

-até 10%(dez por cento), para os regimes que alcançarem ao menos o primeiro nível de governança

AGUIA

De que trata o S 70 do art. 7°.

5 10 Os encargos financeiros das operações de que trata o caput devem ser superior à meta de

Estabilidade de que trata o inciso III do art. 4°, acrescidos das seguintes taxas de administração das operações, que deverá suportar todos os custos operacionais e de gestão correntes das atividades de concessão e controle dos empréstimos;

I- de custeio dos fundos garantidores ou de oscilação de riscos de que trata o S 60;

II -de adicional de risco, para fazer frente a eventos extraordinários, porventura não cobertos pelos

'fundos de que trata o inciso II.

Marcus Evandro Giarola (APEPREV – ORTOGA)

O Que os Números da Avaliação Atuarial nos dizem sobre os RPPS de Mato Grosso do Sul? E a Sustentabilidade Atuarial e Equilíbrio Financeiro

Palestrantes:

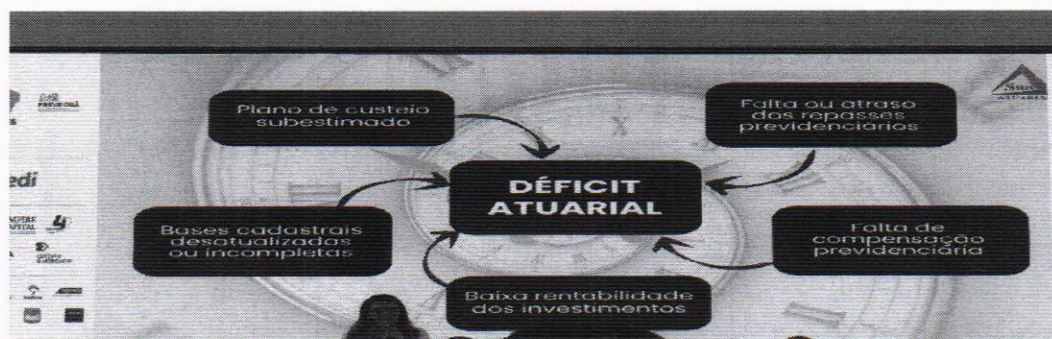
Luciana Moura Reinaldo (MPS)

Suellem Barroso Rodrigues (SBR Atuarial)

REDAÇÃO DADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N° 103, DE 2019

O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Art. 40 da Constituição Federal/1988



Gustavo Leite (LEMA Consultoria)

Previdência Complementar: Consequências da não implantação e soluções para atendimento à EC 103/19.

Palestrante:

Sylvio Eugênio - (Diretor-Presidente PREVCOM)

DEMOGRFIA

Realidade virtual

Computação quântica

Inteligência artificial

Realidade aumentada

Biotecnologia

Neurotecnologia

Pilares da previdência no Brasil
1 Regime Geral

Novo

Repartição Simples -Alta Reposição

2 Regimes Próprios
Capitalização BD e Repartição

3 Regime Complementar
Capitalização CD
Aberta e Fechada -com Incentivos

A Nova Regra do Jogo dos Investimentos dos RPPS: O que muda com Resolução CMN nº 5.272.

Palestrantes:

Juliana Costa Affonso (Sicredi)

Luciana Moura Reinaldo (Ministério da Previdência)

Coordenador:

Avaliação Atuarial 2026: Pontos a serem observados

Palestrante:

Jose Wilson Silva Neto - Atuário sócio da Actuary

Avaliação Atuarial de 2026

Diagnostico Técnico e Diretrizes Estratégicas

A Portaria MTP nº 1.467/2022 representa um marco regulatório fundamental na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social brasileiros. Publicada em 02 de junho de Aplicável a todos os RPPS 2022 e vigente desde 01 de julho de 2022, ela consolidou e atualizou as normas para organização e funcionamento dos RPPS.

Esta Portaria estabelece diretrizes claras sobre a avaliação atuarial, certificação profissional, política de investimentos, governança corporativa educação previdenciária, visando garantir a sustentabilidade financeira e atuarial dos regimes e a proteção dos direitos previdenciários dos servidores públicos.

O que é Déficit Atuarial

Déficit atuarial ocorre quando o valor presente das obrigações futuras do RPPS supera o valor dos ativos disponíveis para cobri-las. É uma situação que exige ações corretivas imediatas.

Metas para 2026

01 Conclusão da Reforma da Previdência

Neuza

Finalizar adequações nos entes pendentes e monitorar impactos de alterações na carreira.

02 Certificação Profissional

Garantir a certificação de dirigentes, conselheiros e comitê de investimentos nos prazos legais.

03 Adesão ao Pró-Gestão RPPS Buscar certificação ou manutenção, visando o Nível II par evitar restrições de investimento.

04 Cumprimento dos prazos

05 Melhoria do ISP

Focar na evolução dos indicadores de sustentabilidade e regularidade avaliados pelo Ministério.

06 Gestão Responsável

Otimizar o uso da taxa de administração e priorizar a eficiência nos gastos.

07 Manutenção do CRP

Assegurar a regularidade previdenciária com condição para transferências voluntárias.

"Onde encontrar oportunidade dentro da renda fixa?" e "Regulação e Responsabilidade na Assessoria de Investimentos"

Palestrantes:

Fabio Caldart Zordan (Bradesco)

Sullivan Moreira Diniz (Empire Capital)

O papel do assessor de investimentos

A governança e a estrutura por trás do mercado

A educação como pilar Fundamental

Entendemos que nosso papel é fundamental e tem um peso na educação muito maior do que na simples escolha do produto certo.

Afinal o que é assessor?

'O assessor é um vendedor que tem a responsabilidade de levar informação fresca.'

O Enquadramento e governança

Para chegar até aqui, o assessor teve que se enquadrar em uma malha regulatória rigorosa, consolidando-se como peça fundamental na estrutura do mercado financeiro.

Excelência da gestão por meio da qualificação Institucional e profissional em busca do CRP administrativo e Benefícios do Pró Regularidade.

Palestrantes:

Marcia Lúcia Paes Caldas (Ministério da Previdência)

Nome

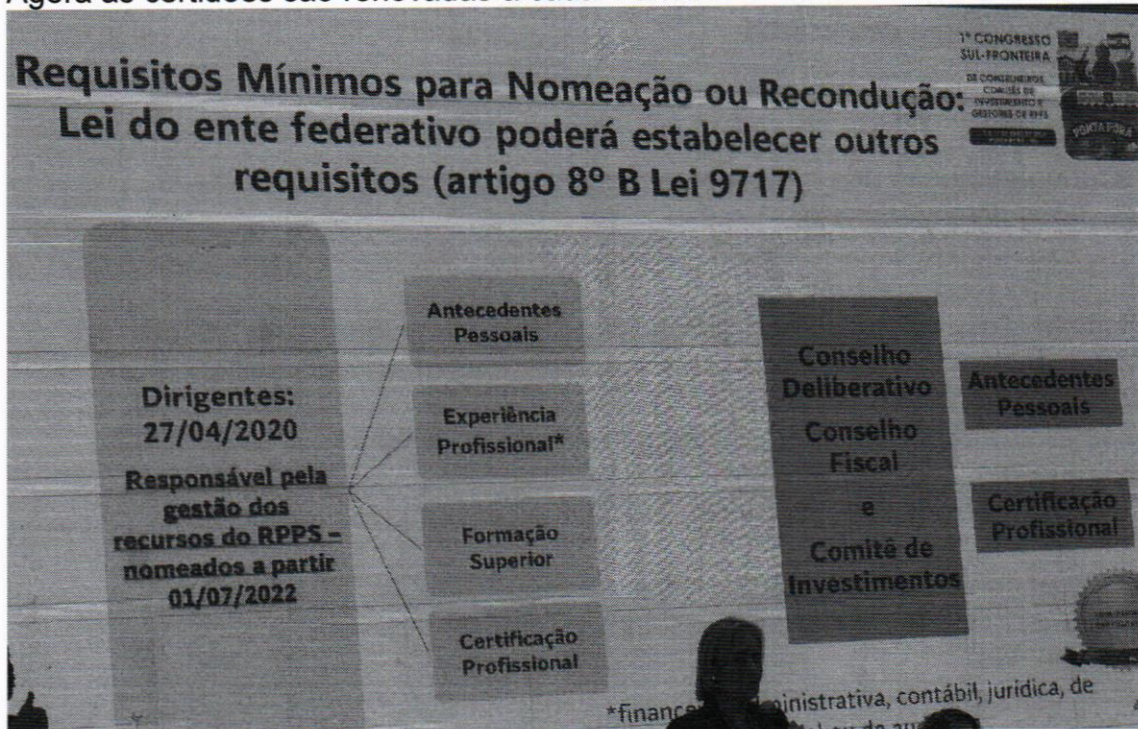
A profissionalização da gestão é o caminho para a sustentabilidade da previdência social O Pró-Gestão é tudo? Não.
Mas é o caminho!

CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Próximo batimento

31/07

Agora as certidões são renovadas a cada 4 anos



OS NOVOS DIRIGENTES E CONSELHEIROS TÊM PRAZO PARA OBTER A CERTIFICAÇÃO?

Não há prazo legal para que esses profissionais estejam certificados (data da aferição- 31/07 de cada ano)

*Observar a lei do ente que pode ter exigência prévia- se tiver pode ter problemas com o TCE se a certificação não for prévia

- . Responsável pela Gestão dos Recursos e Comitê de Investimentos já havia regra anterior- Certificação prévia-verificação no DAIR
- . Representante legal do ente faz a habilitação do dirigente máximo e o dirigente máximo faz a habilitação dos outros profissionais- CADPREV
- . Documentos devem ser enviados e chancela-las pelos superiores.

MODALIDADES DE CERTIFICAÇÃO

Exame por provas

Exame por provas, títulos e experiência

Curso de Capacitação Profissional

Níveis de certificação

DIRIGENTE- DIRIG I- básico II- Intermediário III- Avançado

GESTOR DE RECURSOS E MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Nauze

CGINV (I- básico) - (II- intermediário) - (III- avançado)
DIRIG e CGINV atende o conselho, o inverso não.

Unificação dos conselhos:

CONSELHOS E DELIBERATIVO E FISCAL-CODEF (I-básico)
(II-intermediário)

As antigas CODEL e COFIS permanecem aceitas até o final da validade que a tendem ambos os conselhos.

17/04/2026

"Do DRAA à decisão: utilizando demonstrativo para estratégias de equilíbrio atuarial e reajustes"

Palestrante:

Tulio Pinheiro Carvalho (ARIMA)

Resultado Atuarial

Ativo Garantidor - Recursos financeiros, acrescidos a bens, direitos e ativos vinculados por lei ao RPPS.

Provisão Matemática Atuarial - Diferença entre o passivo atuarial e o ativo atuarial.

Superávit Atuarial

Ativo garantidor Maior provisão matemática atuarial, isto é. 'O dinheiro que temos na conta somado com o que temos a receber, vai dar para pagar tudo que temos para pagar e ainda vai sobrar.'

Déficit Atuarial

Ativo garantidor Menor provisão matemática atuarial, isto é. 'O dinheiro que temos na conta somado com o que temos a receber, não vai dar para pagar tudo que temos para pagar.'

PORTARIA MTP N° 1.467/2022

Art. 68. Deverá ser implementado plano identificação, institucionalizado controle de tratamento dos riscos atuariais, promovendo contínuo acompanhamento do equilíbrio entre os compromissos do plano de benefícios e os respectivos recursos garantidores, inclusive verificando a evolução das provisões matemáticas.

Gestão de RPPS no Século XXI: A Inteligência Artificial como Aliada

Palestrante:

Ronny Wdson F. do Nascimento (IMPRO/ MAISPREVI)

Por que a IA interessa ao setor público?

A IA pode contribuir para:

- . Modernização de rotinas;
- . Automação de tarefas repetitivas;
- . Melhoria da comunicação;
- . Apoio à elaboração de documentos;
- . Organização do conhecimento,



Vazamento de dados e exposição indevida

Principais riscos:

- . Restituição indevida de informações sensíveis;
- . Armazenamento inadequado;
- . Compartilhamento indevido;
- . Apoio de dados a plataformas externas;



√ IN -Utilização de Recursos Tecnológicos e Segurança da Informação.docx

√ IN -Governança em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais .docx

√IN- Disciplina o uso de Inteligência Artificial .docx

√ Guia do Governo Federal sobre o uso de IA

Generativa no Serviço Público .pdf

Perspectiva da Compensação Previdenciária para 2026

Palestrante:

Renato Luiz Pinto de Araújo

(Chefe da Divisão de Compensação Previdenciária)

DEFINIÇÃO

A compensação previdenciária é o mecanismo que permite a transferência de recursos entre diferentes regimes de previdência social, como o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

O objetivo da Compensação Previdenciária (COMPREV) é promover o ajuste financeiro entre os regimes de previdência social assegurando o equilíbrio atuarial e financeiro dos sistemas envolvidos quando, na concessão de aposentadorias, é utilizado tempo de contribuição certificado e outro regime, nos termos da lei prevista constitucionalmente.

Neuz

DEFINIÇÃO

A compensação previdenciária é o mecanismo que permite a transferência de recursos entre diferentes regimes de previdência social, como o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Contagem Recíproca

A contagem recíproca de tempo de contribuição foi instituída pela Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975. Esse mecanismo permite que o tempo de serviço prestado em diferentes regimes de previdência social seja somado para fins de aposentadoria. A contagem recíproca está prevista na Constituição Federal, no artigo 201, § 9º, que assegura esse direito aos trabalhadores.

Compensação Previdenciária

A compensação previdenciária foi instituída pela Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.

Essa lei regulamentou a transferência de recursos entre os regimes previdenciários, permitindo que o tempo de contribuição em um regime fosse reconhecido e compensado financeiramente por outro.

BASE LEGAL

Portaria MPS Nº 1.400, de Maio de 2024

. Institucionalizou e definiu os critérios para a operacionalização e automatização da análise do RO do RGPS.

Benefícios Previdenciário: Aposentadoria dos professores depois da Lei nº 15.326/26

Palestrante:

Bruno Martins

Lei nº 15.326/26

PISO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (Lei nº 11.738/08)

Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, incluídos os professores da educação infantil, reconhecendo o princípio da integralidade entre cuidar, brincar e educar, independentemente da designação do cargo ou da função que ocupam, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional.

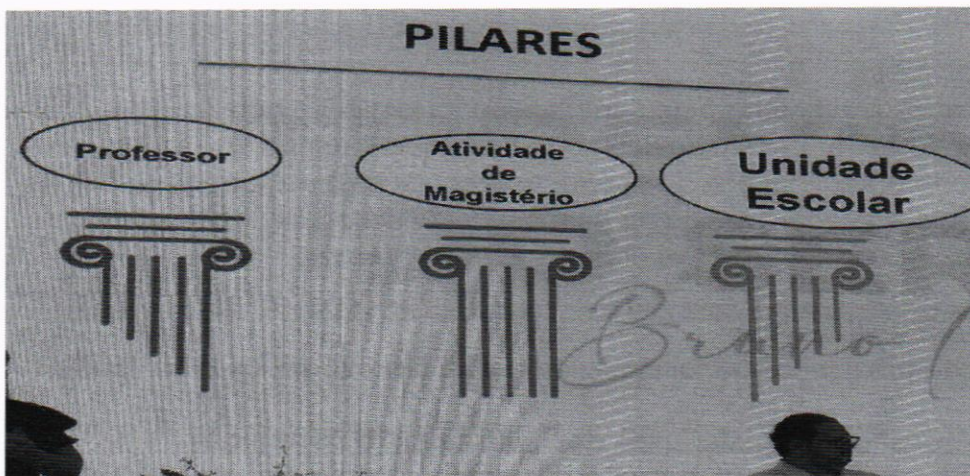
Lei de Diretrizes da Educação

Art. 67..

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por

Neuz

professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico."



PISO NACIONAL

A Lei n. 11.738/2008 fixa o piso salarial profissional nacional como vencimento básico mínimo do magistério, impondo aos entes federativos a obrigação de respeitar o valor atualizado, inclusive em relação aos inativos com paridade. A tese do Tema 911/STJ, que afasta repercussão automática do piso em toda a carreira, não se aplica quando o pedido se limita à equiparação do vencimento básico ao piso, proporcional à jornada, o que se harmoniza com o regime da paridade... (TJSP; Recurso Inominado Cível 1000080-83.2025.8.26.0417; Relator(a): Marco César Vasconcelos e Souza; órgão julgador. 1ª Turma Recursal de Fazenda Pública; Foro de Paraguaçu Paulista - Juizado Especial Cível e Criminal; Data do Julgamento: 23/02/2026 Data de Registro: 23/02/2026).

Neuzi A. Costa



ANEXO I
RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Este Relatório aplica-se a todos os Membros de Diretoria, Conselho Administrativo, Conselho Fiscal, Comitê de Investimentos e servidores cedido à NAVIRAÍPREV em viagem de capacitações. Deverão apresentar o mesmo juntamente com relatório de viagem, sendo entregue em no máximo 5 dias corridos a contar do encerramento da Evento

Deverão ser anotados e discorridos abaixo as informações da participação no Evento.

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: Rodrigo Ávalo de Oliveira	Conselho Fiscal

2. Período do Evento	
Data de Saída: 15/04/2026	Data de Retorno: 17/04/2026
Local do evento (cidade/Estado): Centro Internacional de Convenções de Ponta Porã Rua Baltazar Saldanha, 599, no Jardim Ipanema. Ponta Porã - MS	Nome e link do Evento. Nome: 1ª Congresso Sul-Fronteira de Conselheiros, Comitês e Gestores de RPPS de Mato Grosso do Sul https://eventos.inf.br/adimp/2026/295/index.php

Palestras e Painéis Assistidos:

1. Palestra Magna: Desafios e Perspectivas dos RPPS Sul-Mato-Grossenses

Os RPPS de Mato Grosso do Sul enfrentam desafios estruturais relacionados ao equilíbrio financeiro e atuarial, especialmente diante do envelhecimento da massa segurada, aumento de benefícios e limitação da capacidade contributiva dos entes federativos. Nesse cenário, torna-se indispensável uma gestão técnica, preventiva e alinhada às normas da Secretaria de Previdência.

Destacou-se a importância da certificação profissional de dirigentes, membros de comitês e conselheiros, fortalecendo a governança e a segurança nas decisões. O Pró-Gestão RPPS foi evidenciado como instrumento essencial de modernização institucional, promovendo transparência, controle interno, eficiência administrativa e maior confiança dos segurados.

2. O Empréstimo Consignado Como Nova Forma de Custeio

Palestrante: Marcus Evando Giarola

A palestra abordou o consignado como mecanismo moderno de apoio financeiro aos segurados e potencial fonte indireta de receitas administrativas ao RPPS, mediante convênios e parcerias estruturadas com instituições financeiras.

Foram debatidos modelos em que o instituto atua na gestão operacional dos descontos em folha, podendo gerar economicidade e ampliar serviços ao servidor.



Contudo, ressaltou-se que qualquer iniciativa exige cautela jurídica, transparência e proteção social, diante do risco de superendividamento dos segurados e reflexos negativos no bem-estar dos aposentados e pensionistas.

3. RPPS Lab: Um laboratório colaborativo de ideias para o setor previdenciário

O RPPS Lab foi apresentado como ambiente de inovação colaborativa, reunindo gestores, conselheiros e especialistas para construção conjunta de soluções aplicáveis à realidade previdenciária municipal e estadual.

Por meio de mesas temáticas, debates técnicos e banco de propostas, o evento permitiu transformar experiências práticas em projetos institucionais. O grande valor da iniciativa está na consolidação dessas demandas para subsidiar futuras ações da ADIMP/MS, melhorias normativas e aperfeiçoamento da gestão previdenciária regional.

4. Avaliação atuarial nos RPPS de MS: sustentabilidade e equilíbrio

Palestrantes: Luciana Moura Reinaldo e Suellem Barroso Rodrigues

A palestra reforçou que a avaliação atuarial é o principal instrumento de diagnóstico da saúde previdenciária dos RPPS. Foram apresentados desafios regionais relacionados a déficits acumulados, inconsistências cadastrais e necessidade de revisão de premissas técnicas.

Destacou-se que sustentabilidade exige medidas contínuas, como custeio adequado, segregação de massas quando necessária, atualização cadastral e planejamento de longo prazo.

5. Onde encontrar oportunidades dentro da renda fixa / Regulação e Responsabilidade na Assessoria

Palestrantes: Fabio Caldart Zordan e Sullivan Moreira Diniz

Foi enfatizado que a renda fixa permanece como base estratégica das carteiras dos RPPS, especialmente por sua previsibilidade e aderência ao perfil previdenciário de longo prazo.

Entretanto, o cenário econômico exige gestão ativa, análise de duration, juros reais e diversificação qualificada. Também foi reforçada a responsabilidade técnica das consultorias e o rigor no cumprimento das normas regulatórias e fiduciárias.

6. Previdência Complementar e EC 103/19

Palestrante: Sylvio Eugênio

A Emenda Constitucional 103/2019 consolidou a obrigatoriedade da previdência complementar para entes que possuem servidores acima do teto do RGPS.

A palestra alertou que a não implementação pode gerar riscos legais, restrições administrativas e agravamento atuarial futuro. A previdência complementar foi apresentada como instrumento de equilíbrio estrutural e responsabilidade fiscal.

7. Impactos da Resolução 5.272/2025

Palestrante: José França



A nova regulamentação dos investimentos trouxe exigências mais robustas de governança, controles internos e profissionalização da gestão financeira dos RPPS. Foi destacado que os conselhos e comitês devem acompanhar a revisão das políticas de investimentos, matriz de riscos, aderência aos limites legais e qualidade das decisões estratégicas.

8. Avaliação Atuarial 2026: Pontos a serem observados

Palestrante: José Wilson Silva Neto

A palestra reforçou que a avaliação atuarial de 2026 deve observar rigorosamente premissas como expectativa de vida, crescimento salarial, taxa de juros e comportamento da massa segurada. Erros nesses parâmetros podem gerar passivos ocultos e decisões equivocadas. O DRAA foi destacado como instrumento central para definição de alíquotas e estratégias de equilíbrio.

9. Oportunidades na Renda Fixa / Comitê decide ou reage?

Palestrantes: Paulo Roberto Nagamine e Gustavo Leite

Foi defendido que o Comitê de Investimentos precisa atuar de forma estratégica, técnica e antecipada, e não apenas reagir aos movimentos do mercado. Planejamento, cenários econômicos, metas atuariais e disciplina institucional são pilares para decisões consistentes e sustentáveis.

10. Excelência da gestão e busca do CRP administrativo / Pró Regularidade

Palestrantes: Marcia Lúcia Paes Caldas e Luiz Carlos Brenha de Camargo

A regularidade previdenciária foi apresentada como consequência direta de uma gestão organizada, responsável e aderente à legislação. O Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) é essencial para recebimento de transferências voluntárias, convênios e segurança institucional do ente federativo.

11. Rentabilidade: como a Governança protege seus investimentos

Palestrante: Samanta Zaniquelli

A rentabilidade sustentável depende mais de governança do que de apostas financeiras. Controles internos, segregação de funções, compliance, transparência e monitoramento permanente reduzem riscos e protegem o patrimônio previdenciário.

12. A Importância do Censo Previdenciário

Palestrante: Carlos Henrique de Siqueira Gomes

O censo previdenciário foi apresentado como ferramenta indispensável para qualidade cadastral e precisão atuarial. Sem dados confiáveis sobre servidores ativos, aposentados e pensionistas, há risco de cálculos distorcidos, pagamentos indevidos e planejamento ineficiente.

13. Nova regra dos investimentos (Resolução CMN nº 5.272)

Palestrantes: Juliana Costa Affonso e Luciana Moura Reinaldo



A atualização normativa exige revisão imediata das políticas de investimento, com foco em governança, controles, qualificação técnica e maior responsabilidade fiduciária. Os RPPS precisam adequar procedimentos internos e fortalecer seus comitês.

14. Lei Complementar 226/2026 e os impactos nos RPPS

Palestrante: Julio Cesar Fucilini Pause

A legislação foi analisada sob a ótica dos reflexos financeiros e atuariais nos regimes próprios. Mudanças legais que afetam carreiras, remuneração ou benefícios impactam diretamente o passivo previdenciário, exigindo acompanhamento permanente pelos gestores e conselhos.

15. Do DRAA à decisão: estratégias de equilíbrio atuarial

Palestrante: Tulio Pinheiro Carvalho

O DRAA foi tratado como instrumento prático de gestão, e não apenas obrigação formal. Seus resultados devem orientar ajustes de alíquotas, aportes, amortização de déficit e revisão de políticas previdenciárias.

16. Gestão de RPPS no Século XXI: Inteligência Artificial

Palestrante: Ronny Wdson F. do Nascimento

A inteligência artificial foi apresentada como aliada da gestão moderna, especialmente em análise de dados, auditoria preventiva, detecção de inconsistências cadastrais e apoio à tomada de decisão. Tecnologia, quando bem utilizada, aumenta eficiência e reduz riscos operacionais.

17. Perspectiva da Compensação Previdenciária para 2026

Palestrante: Renato Luiz Pinto de Araújo

A compensação previdenciária continua sendo relevante fonte de recomposição financeira para os RPPS. Foi reforçada a necessidade de controle técnico dos requerimentos, acompanhamento dos créditos e agilidade processual para melhorar fluxo de caixa.

18. Benefícios Previdenciários: Aposentadoria dos professores

Palestrante: Bruno Martins

A aposentadoria do magistério permanece tema sensível diante das regras diferenciadas constitucionais e reformas recentes. Gestores devem observar tempo de efetivo exercício em funções de magistério, regras de transição e segurança jurídica nas concessões.

19. Case: Sucesso em Investimento

Palestrante: Robson de Lima Araujo



NAVIRAIPREV
PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS



O case demonstrou que bons resultados financeiros não decorrem de improviso, mas de planejamento, governança, diversificação e disciplina institucional. Nos RPPS, consistência supera imediatismo, e a gestão responsável gera resultados duradouros.

5. Motivação / Interesse Público da Capacitação:

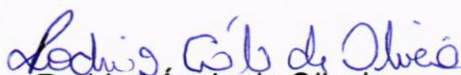
O 1º Congresso Sul-Fronteira de Conselheiros, Comitês e Gestores de RPPS de Mato Grosso do Sul foi uma excelente oportunidade para atualização técnica e institucional dos participantes, contribuindo para o aprimoramento da tomada de decisões, o fortalecimento da governança e a busca pela sustentabilidade dos regimes próprios de previdência social, sempre com foco na segurança dos recursos e na garantia dos benefícios dos segurados.

Observações:

Declaro as Informações acima verdadeiras

Naviraí, 27 de Abril de 2026

Atenciosamente;


Rodrigo Ávalo de Oliveira
Conselho Fiscal



RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: SILVANA HONÓRIO DA SILVA	Auxiliar Administrativo NAVIRAÍPREV

2. Período do Evento	
Data de Saída: 15/04/2026	Data de Retorno: 17/04/2026
Local do evento (cidade/Estado): Centro Internacional de Convenções de Ponta Porã MS	Nome e link do Evento. https://eventos.inf.br/adimp/2026/295/index.php

Palestras e Painéis Assistidos:

PALESTRA MAGNA - Desafios e Perpectivas dos RPPS Sul-Mato-Grossense.
Palestrantes: Márcia Lúcia Paes Caldas (MPS), Luciana Moura Reinaldo (MPS) e Paula Cansalter Campos (Secretária de Governo e Inovação da Prefeitura de Ponta Porã)

Especialistas do MPS e representante da administração pública de Ponta Porã abordaram os desafios do RPPS no MS. Destacou os impactos das mudanças legislativas recentes e a necessidade de adaptação constante dos institutos previdenciários às novas normas e exigências do Ministério da Previdência, e a importância das certificações tanto institucionais, quanto dos diretores, conselheiros e membros do Comitê de Investimentos. Os RPPS precisam atuar com responsabilidade fiscal, inovação tecnológica e foco em resultados para garantir segurança aos segurados e sustentabilidade futura dos regimes.

Tema: Crédito Consignado: Contratação, Garantias e Metas e Empréstimo Consinado como ativo estratégico: estruturação, riscos e garantia de performance.

Palestrantes: Carlos Raimundo Esteves (Agenda Assessoria) e Marcos Evando Giarola (APEPREV-ASTORGA).

A palestra destacou o crédito consignado como investimento estratégico para os RPPS, regulamentado pela Portaria MTP nº 1.467/2022 e pela Resolução CMN nº 4.963/2021. O modelo é destinado a servidores efetivos estatutários e exige planejamento, estrutura técnica e gestão de riscos. Entre os benefícios para os RPPS estão a boa rentabilidade, baixo risco e diversificação da carteira.

Tema: O que os números da Avaliação Atuarial nos dizem sobre os RPPS de MS? E a Sustentabilidade Atuarial e Equilíbrio Financeiro.

Palestrantes: Luciana Moura Reinaldo (MPS) e Suellem Barroso Rodrigues (SBR Atuarial).

A palestra mostrou a importância de uma avaliação Atuarial bem feita, ela é o o instrumento de diagnóstico da saúde do RPPS. Apontou como as principais causas do déficit atuarial são o aumento da longevidade, planos de custeio subestimados, bases cadastrais desatualizadas ou incompletas, baixa rentabilidade dos investimentos, atrasos ou ausência de repasses previdenciários e falhas na compensação previdenciária.

Tema: As oportunidades da Renda Fixa / "Teu Comitê escolhe ou reage?"

Palestrantes: Paulo Roberto Nagamine (CEF) e Gustavo Leite (LEMA Consultoria)

Falou sobre o papel dos comitês de investimento, questionando se atuam de forma ativa (escolhendo) ou reativa (respondendo às ofertas do mercado). Levantou a importância do Comitê ser protagonista nas decisões sobre RPPS.



Tema: Previdência Complementar: Consequências da não implantação e soluções para atendimento à EC 103/19

Palestrante: Sylvio Eugênio -(Diretor-Presidente PREVCOM).

A palestra destacou a obrigatoriedade da implantação do Regime de Previdência Complementar pelos entes federativos conforme a Emenda Constitucional nº 103/2019, enfatizou que a não implantação pode gerar irregularidades previdenciárias, comprometimento do CRP, além de riscos financeiros e jurídicos para os municípios e gestores. Apresentou alternativas e soluções práticas para adequação à legislação. A palestra reforçou a importância do planejamento técnico, da educação previdenciária e da transparência na implementação do regime, assegurando segurança jurídica e sustentabilidade de longo prazo para os sistemas previdenciários municipais.

Tema: A Nova Regra do Jogo dos Investimentos dos RPPS: O que muda com Resolução CMN nº 5.272.

Palestrantes: Juliana Costa Affonso (Sicredi) e Luciana Moura Reinaldo (MPS)

A palestra destacou que a nova norma substitui a Resolução nº 4.963/2021 e fortalece as exigências de governança, transparência, controle de riscos e qualificação técnica dos gestores e conselhos. Também foi enfatizado que os limites de investimentos passam a considerar o nível de maturidade e certificação dos RPPS no Pró-Gestão, ampliando responsabilidades dos comitês e dirigentes. Mostrou a necessidade de revisão das políticas de investimentos, adequação dos processos internos e maior rigor no credenciamento de instituições financeiras e fundos de investimento buscando aumentar a segurança dos recursos previdenciários, reduzir riscos excessivos e garantir sustentabilidade financeira e atuarial aos RPPS.

Tema: Avaliação Atuarial 2026: Pontos a serem observados.

Palestrante: Jose Wilson Silva Neto - Atuário sócio da Actuary

A palestra destacou os principais cuidados na elaboração da avaliação atuarial dos RPPS para 2026, foram abordadas a importância da atualização da base cadastral, da correta definição das hipóteses atuariais e da análise do déficit previdenciário para garantir equilíbrio financeiro e atuarial, também foi ressaltado a necessidade de cumprimento das normas da Secretaria de Previdência, do acompanhamento contínuo dos resultados e do planejamento adequado do plano de custeio, visando a sustentabilidade e segurança dos regimes próprios de previdência.

Tema: "Onde encontrar oportunidade dentro da renda fixa?" e "Regulação e Responsabilidade na Assessoria de Investimentos".

Palestrante: Fabio Caldart Zordan (Bradesco) e Sullivan Moreira Diniz (Empire Capital)

A palestra destacou as oportunidades de investimentos em renda fixa para os RPPS, com foco em segurança, rentabilidade e diversificação das carteiras, além de reforçar a importância da responsabilidade técnica, da transparência e do cumprimento das normas regulatórias na assessoria e gestão dos investimentos previdenciários.

Tema: Excelência da gestão por meio da qualificação Institucional e profissional em busca do CRP administrativo e Benefícios do Pró Regularidade.

Palestrantes: Marcia Lúcia Paes Caldas (MPS) e Luiz Carlos K. Brenha de Camargo (Águia)

A palestra destacou a importância da qualificação técnica e institucional dos RPPS para obtenção e manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP). Os palestrantes ressaltaram que a adesão ao Pró-Gestão fortalece a governança, a transparência e os controles internos, além de proporcionar maior credibilidade, segurança administrativa e melhoria contínua na gestão previdenciária.

Tema: Rentabilidade: como a Governança protege seus investimentos.

Palestrante: Samanta Zaniquelli (Crédito e Mercado)

A palestra destacou a importância da governança na proteção e na busca de melhores resultados para

Sylvio



os investimentos dos RPPS. A palestrante ressaltou que práticas como planejamento, controle de riscos, transparência, qualificação dos gestores e cumprimento das políticas de investimento contribuem para decisões mais seguras e sustentáveis, fortalecendo a rentabilidade e a segurança dos recursos previdenciários.

Tema: A Importância do Censo Previdenciário.

Palestrante: Carlos Henrique de Siqueira Gomes (Consultania Prev Educacional)

O palestrante enfatizou que o censo previdenciário é uma ferramenta essencial para a atualização cadastral dos segurados dos RPPS, garantindo dados mais confiáveis para avaliações atuariais e planejamento previdenciário. O palestrante destacou que a qualidade das informações contribui para o equilíbrio financeiro e atuarial, além de auxiliar no cumprimento das exigências legais e na melhoria da gestão previdenciária.

Tema: Impactos da Resolução 5272/2025.

Palestrante: José França (Privatiza)

O palestrante abordou as principais mudanças trazidas pela nova regulamentação para os investimentos dos RPPS, destacando o fortalecimento da governança, do controle de riscos e das exigências de qualificação técnica dos gestores e conselhos e ressaltou ainda a necessidade de adequação das políticas de investimentos, maior responsabilidade na tomada de decisões e observância das novas regras para garantir segurança, transparência e sustentabilidade dos recursos previdenciários.

Tema: Lei Complementar 226/2026 (Lei do descongela) e os Impactos nos RPPS.

Palestrante: Julio Cesar Fucilini Pause (DPM Consultoria)

Abordou os efeitos da nova legislação sobre os regimes próprios de previdência, especialmente em relação ao reconhecimento de períodos anteriormente congelados para fins funcionais e previdenciários. O palestrante destacou os impactos financeiros e atuariais gerados pelo aumento de despesas previdenciárias, reforçando a importância do planejamento, da revisão das avaliações atuariais e da adoção de medidas de equilíbrio para garantir a sustentabilidade dos RPPS.

Tema: "Do DRAA à decisão: utilizando demonstrativo para estratégias de equilíbrio atuarial e reajustes".

Palestrante: Tulio Pinheiro Carvalho (ARIMA)

Destacou a importância da utilização do DRAA como ferramenta estratégica na gestão dos RPPS, explicou como os demonstrativos atuariais podem auxiliar na tomada de decisões relacionadas ao equilíbrio financeiro e atuarial, definição de reajustes, planejamento previdenciário e adoção de medidas preventivas para garantir a sustentabilidade dos regimes próprios.

Tema: Gestão de RPPS no Século XXI: A Inteligência Artificial como Aliada.

Palestrante: Ronny Wdson F. do Nascimento (IMPRO/ MAISPREVI)

Destacou como a inteligência artificial pode contribuir para modernizar a gestão dos RPPS, otimizando processos, análise de dados e tomada de decisões. Enfatizou a importância de tomar cuidado com os dados pessoais dos segurados e ressaltou que a IA pode ser uma aliada prática na eficiência administrativa dos regimes de previdência.

Tema: Perspectiva da Compensação Previdenciária para 2026.5.

Palestrante: Renato Luiz Pinto de Araújo (Chefe da Divisão de Compensação Previdenciária)

A palestra destacou a importância da correta instrução dos processos, atualização cadastral e utilização eficiente dos sistemas de compensação, ressaltando que a recuperação de créditos previdenciários contribui diretamente para o equilíbrio financeiro dos RPPS e para uma gestão mais eficiente e sustentável.



NAVIRAÍPREV
PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS



Benefícios Previdenciário: Aposentadoria dos professores depois da Lei nº 15.326/26.

Palestrante: Bruno Martins

Apresentou as principais mudanças trazidas pela Lei nº 15.326/26 nas regras de aposentadoria dos professores vinculados aos RPPS. Abordou idade mínima, tempo de contribuição e tempo de efetivo exercício no magistério, além das regras de transição aplicáveis aos servidores que já estavam em atividade antes da nova legislação. Enfatizou sobre a importância de estar atento se a atividade exercida é mesmo de magistério enfatizando os três pilares principais:

Função exercida – a atividade deve estar vinculada diretamente ao exercício das funções de magistério, como docência, direção escolar, coordenação e assessoramento pedagógico.

Local de exercício – o trabalho deve ser desenvolvido em estabelecimento de educação básica, conforme previsto na legislação educacional.

Vínculo com a carreira do magistério – o servidor deve estar vinculado a cargo ou carreira própria do magistério, respeitando os requisitos legais para enquadramento na aposentadoria especial do professor.

Enfatizou que a análise conjunta desses critérios é fundamental para garantir a correta concessão do benefício e evitar inconsistências jurídicas e previdenciárias.

Observações:

Declaro as Informações acima verdadeiras.

Naviraí, 04 de maio de 2026.

Atenciosamente;

Silvana Honório da Silva
Auxiliar Administrativo da NAVIRAÍPREV

**ANEXO I
RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO**

Este Relatório aplica-se a todos os Membros de Diretoria, Conselho Administrativo, Conselho Fiscal, Comitê de Investimentos e servidores cedido à NAVIRAÍPREV em viagem de capacitações. Deverão apresentar o mesmo juntamente com relatório de viagem, sendo entregue em no máximo 5 dias corridos a contar do encerramento da Evento

Deverão ser anotados e discorridos abaixo as informações da participação no Evento.

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: Valdeci Francisco do Couto	Conselho Fiscal

2. Período do Evento	
Data de Saída: 15/04/2026	Data de Retorno: 17/04/2026
Local do evento (cidade/Estado): Centro Internacional de Convenções de Ponta Porã Rua Baltazar Saldanha, 599, no Jardim Ipanema. Ponta Porã - MS	Nome e link do Evento. Nome: 1ª Congresso Sul-Fronteira de Conselheiros, Comitês e Gestores de RPPS de Mato Grosso do Sul https://eventos.inf.br/adimp/2026/295/index.php

Palestras e Painéis Assistidos:

1. Palestra Magna: Desafios e Futuro dos RPPS em Mato Grosso do Sul

Os regimes de MS enfrentam problemas de falta de dinheiro e equilíbrio a longo prazo, pois os segurados estão envelhecendo e os gastos com benefícios crescem rápido demais. Nesse quadro, é urgente uma gestão profissional que siga as regras do governo federal. Focou-se na necessidade de cursos para os diretores e conselheiros, trazendo segurança. O programa Pró-Gestão foi citado como forma de modernizar os órgãos, garantindo que tudo seja feito de forma clara, eficiente e com a confiança de quem paga a previdência.

2. O Empréstimo Consignado Como Nova Forma de Arrecadação

Palestrante: Marcus Evando Giarola

A fala explicou o uso do empréstimo como apoio financeiro aos servidores e fonte de verba para o RPPS, através de parcerias organizadas com bancos e instituições. Debateu-se como o instituto pode gerenciar os descontos em folha para economizar e ajudar o servidor. Porém, alertou-se para a cautela jurídica e o risco de dívidas altas, que podem prejudicar o bem-estar e a vida financeira de aposentados e pensionistas.

3. PPS Lab: Um espaço de ideias para o setor previdenciário



O RPPS Lab foi mostrado como um local de inovação, unindo gestores e especialistas para criar soluções práticas que funcionem tanto em prefeituras quanto no estado. Com debates e troca de propostas, o evento transformou vivências em projetos reais. O valor dessa ideia está em reunir sugestões para ajudar a ADIMP/MS a melhorar as leis locais e tornar a gestão da previdência da nossa região muito mais eficiente.

4. Avaliação atuarial nos RPPS de MS: saúde e equilíbrio

Palestrantes: Luciana Moura Reinaldo e Suellem Barroso Rodrigues

A palestra mostrou que a conta atuarial é o principal exame da saúde do RPPS. Foram vistos problemas regionais como dívidas acumuladas, erros em dados de servidores e a urgência de revisar os cálculos que definem o futuro do dinheiro público. Para durar para sempre, o regime precisa de pagamentos em dia, separação de grupos, dados atualizados de quem contribui e um bom planejamento para o futuro distante.

5. Onde investir em renda fixa / Regras e Responsabilidade

Palestrantes: Fabio Caldart Zordan e Sullivan Moreira Diniz

Ficou claro que a renda fixa é a base segura para o dinheiro do RPPS, por ser mais previsível e combinar com a meta de pagar aposentadorias no longo prazo. Mas o momento exige gestão atenta, análise de prazos, juros e boas escolhas. Também foi cobrada a ética das consultorias e o respeito total às regras do mercado financeiro.

6. Previdência Complementar e a Reforma de 2019

Palestrante: Sylvio Eugênio

A Reforma da Previdência tornou obrigatório criar um plano complementar para quem ganha acima do teto do INSS em cidades e estados com regime próprio. O aviso foi claro: não fazer isso traz riscos na justiça, trava a prefeitura e piora as contas. Esse plano ajuda a equilibrar as finanças e mostra responsabilidade com o dinheiro.

7. Impactos da Nova Regra de Investimentos (2025)

Palestrante: José França

As novas normas de investimento exigem mais controle, fiscalização interna e pessoas realmente preparadas para cuidar do dinheiro dos regimes de previdência. Foi dito que os conselhos devem olhar de perto as políticas de aplicação, os riscos das escolhas e se tudo está dentro da lei para evitar perdas financeiras estratégicas.

8. Avaliação Atuarial 2026: Pontos importantes

Palestrante: José Wilson Silva Neto

A palestra explicou que o cálculo de 2026 precisa usar dados reais sobre quanto o povo vive, aumentos de salário, taxas de juros e o perfil de quem está contribuindo. Errar esses dados cria dívidas escondidas e erros graves. O documento DRAA é a peça chave para decidir quanto cobrar de cada um e manter o equilíbrio financeiro.



9. Chances na Renda Fixa / O Comitê decide ou só aceita?

Palestrantes: Paulo Roberto Nagamine e Gustavo Leite

Defendeu-se que o Comitê de Investimentos deve agir com estratégia e técnica, e não apenas correr atrás do que acontece no mercado depois que já passou. Planejar o futuro, olhar a economia e ter disciplina são a base para tomar decisões que protejam o patrimônio e alcancem as metas de rentabilidade necessárias.

10. Gestão de Qualidade e busca pelo Certificado (CRP)

Palestrantes: Marcia Lúcia Paes Caldas e Luiz Carlos Brenha de Camargo

Estar em dia com a previdência é o resultado de uma gestão bem feita, honesta e que segue as leis à risca, sem atalhos ou desorganização administrativa. O certificado (CRP) é fundamental para que a cidade receba verbas do governo, faça convênios e tenha segurança jurídica para funcionar sem problemas ou bloqueios.

11. Lucro: Como a boa Gestão protege o dinheiro

Palestrante: Samanta Zaniquelli

Ganhar dinheiro de forma constante depende mais de regras do que de sorte ou risco. Ter bons controles, transparência e vigilância constante diminui os perigos e garante que o patrimônio guardado para as aposentadorias não seja perdido ou desperdiçado.

12. A Importância de Atualizar os Dados (Censo)

Palestrante: Carlos Henrique de Siqueira Gomes

O censo previdenciário é a ferramenta que limpa os dados e traz precisão aos cálculos. Sem saber exatamente quem são os ativos e aposentados, o cálculo do futuro sai errado, causando pagamentos indevidos e um planejamento que não funciona na prática.

13. Nova regra dos investimentos (Resolução 5.272)

Palestrantes: Juliana Costa Affonso e Luciana Moura Reinaldo

As novas leis mandam revisar agora as políticas de investimento, focando em controle, melhor preparo dos técnicos e maior cuidado com o dinheiro dos outros. Os regimes precisam mudar seus processos internos e dar mais força aos comitês.

14. Nova Lei 226/2026 e o que muda nos Regimes

Palestrante: Julio Cesar Fucilini Pause

A palestra analisou como a nova lei mexe com as contas e o futuro da previdência. Mudar carreiras, salários ou regras de benefícios afeta direto a dívida do instituto, o que exige que gestores e conselheiros fiquem atentos a cada mudança legislativa.

15. Do Relatório à Prática: Estratégias para as Contas

Palestrante: Tulio Pinheiro Carvalho



O relatório DRAA deve ser usado como guia de trabalho, não apenas papel para guardar. Os números ali devem servir para ajustar taxas, pagar dívidas e mudar o que for preciso para garantir que o regime não quebre e continue pagando todos no futuro.

16. Gestão Moderna: Uso de Inteligência Artificial

Palestrante: Ronny Wdson F. do Nascimento

A tecnologia foi mostrada como aliada para analisar dados, fiscalizar erros e ajudar a descobrir fraudes ou problemas nos cadastros dos servidores e aposentados. Usar robôs e sistemas modernos traz agilidade e evita erros humanos na gestão.

17. O que esperar da Compensação entre Regimes em 2026

Palestrante: Renato Luiz Pinto de Araújo

Receber de volta o dinheiro de quem contribuiu para o INSS continua sendo vital. Foi reforçada a importância de organizar os pedidos e ser rápido nos processos para que esse dinheiro entre logo no caixa do instituto e ajude a pagar as contas.

18. Benefícios: A aposentadoria dos professores

Palestrante: Bruno Martins

Aposentar professores ainda é um tema delicado por causa das leis e reformas. Quem gere deve cuidar bem dos prazos em sala de aula, das regras de transição e ter certeza de que o direito está sendo dado de forma correta e segura para todos.

19. Exemplo Real: Sucesso nos Investimentos

Palestrante: Robson de Lima Araujo

Este caso real mostrou que lucrar não vem do acaso, mas de plano, foco e organização. Na previdência, ser constante é melhor do que ser rápido, e cuidar bem do dinheiro hoje é o único jeito de garantir que ele dure por muitos anos e décadas.


5. Motivação / Interesse Público da Capacitação:

O 1º Congresso Sul-Fronteira reuniu gestores e conselheiros de previdência de MS para trocar conhecimentos. O evento focou em melhorar a administração e a segurança dos recursos, garantindo que o pagamento dos benefícios aos segurados esteja sempre protegido no futuro.

Declaro as informações acima verdadeiras

Naviraí, 27 de Abril de 2026

Atenciosamente;


Valdeci Francisco do Couto
Conselho Fiscal